



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 2078/11	DATA: 06/12/2011
INÍCIO: 14h45min	TÉRMINO: 19h26min	DURAÇÃO: 04h41min
TEMPO DE GRAVAÇÃO:	PÁGINAS: 96	QUARTOS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: exposição pelo Relator sobre o conteúdo do parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, e às emendas apresentadas à proposição.

OBSERVAÇÕES
Há intervenção ininteligível. Há intervenções fora do microfone inaudíveis. Houve falha na gravação. Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio... — não vou mencionar o decênio porque há uma emenda que estende o prazo por mais 10 anos; então, se for aprovado no começo do ano que vem, será do começo do ano que vem até 2022 — e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas cópias da ata da 27ª Reunião, realizada em 1º de dezembro.

Indago se há necessidade de leitura da referida ata.

O Deputado Izalci solicita a dispensa da leitura da ata.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

De acordo.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Comunico o recebimento do Ofício nº 540/Gabinete, de autoria da Deputada Teresa Surita, solicitando sejam justificadas as suas ausências nas reuniões dos dias 23 de novembro e 1º de dezembro, em virtude de sua participação, em horário coincidente, em eventos da Comissão Especial que analisa o PL nº 7.672, de 2010.

Comunico que esta Presidência determinou a abertura de prazo para recebimento de emendas ao substitutivo — art. 119, II, § 1º — por 5 sessões, a partir de hoje, 6 de dezembro de 2011.

Esclareço que as emendas somente poderão ser apresentadas por membros desta Comissão.

A pauta de hoje prevê: exposição pelo Relator, Deputado Angelo Vanhoni, sobre o conteúdo do parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, e às emendas apresentadas à proposição.

Peço a atenção de todos para falar um pouco do nosso rito. A partir do registro formal, no dia de ontem, do relatório apresentado pelo Deputado Angelo Vanhoni, o relatório é considerado de conhecimento público. De agora em diante



passam a vigor os prazos. Por isso, a partir de hoje já conta a primeira sessão para fins de apresentação de emenda parlamentar. A primeira sessão é hoje; se houver sessão amanhã, será a segunda; se houver na quinta-feira, será a terceira; se houver na sexta-feira, será a quarta; se houver na segunda-feira, será a quinta; e terça-feira, 24 horas, seria o prazo para o Relator apresentar um substitutivo de acolhimento total, parcial ou de rejeição das emendas apresentadas nesse período.

Portanto, o que faremos aqui hoje, regimentalmente? É preciso que fique claro, porque percebi, quanto a isso, algumas desinformações, que, regimentalmente, não é obrigatória a leitura integral do relatório. Pode até ser solicitada, mas não é obrigatória regimentalmente. A função do Deputado Angelo Vanhoni aqui hoje, até pelo teor, pela extensão do relatório, é de apresentar metodologicamente o que foi feito e estabelecer os parâmetros que geraram a produção do relatório até o presente momento. Quero que isso fique claro, porque nós, a partir de agora, trabalharemos com prazos justos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. pode citar o artigo que diz que não é necessário que, uma vez solicitada, seja feita a leitura do parecer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O Regimento trata de como se deve protocolar o relatório. A partir do protocolo, o Regimento entende que o relatório é de conhecimento público. Portanto, a partir daí começa a contagem dos prazos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, independentemente de contar os prazos, para efeito de discussão na Comissão, o relatório de qualquer projeto de lei, em qualquer Comissão, é lido pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Esse é o parecer intermediário. O parecer final é que contém o substitutivo. No parecer final, que traz o substitutivo, a leitura se torna um ato necessário regimentalmente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, cumprido o dia de hoje, apresentadas as emendas, apresentado um novo parecer, o Relator terá que lê-lo na íntegra?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O Relator terá 24 horas para apresentar um substitutivo fruto das emendas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se o Relator quiser o apresentará em 24 horas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Parece-me que é o que S.Exa. quer. Por isso tomei a liberdade de dizer.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se S.Exa. quiser usara esse prazo, e se não for a contragosto dos demais membros da Comissão e das necessidades de um amplo debate na sociedade e na Comissão mesmo, porque o Relator deve estar, inclusive, exausto desse processo, faço questão de que S.Exa. tenha mais alguns dias para preparar o relatório final, depois das 300 emendas que receberá após os 5 dias.

Então, eu queria, depois, ouvi-lo sobre isso. Não estou entendendo direito por que estamos estabelecendo esses prazos rigidamente. Regimentalmente, após a leitura do parecer, há prazo para apresentação das emendas dos Parlamentares da Comissão. Isso é regimental, mas o Relator tem mais tempo para proferir o parecer, depende dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ivan, eu me antecipei à manifestação sobre as 24 horas porque eu sei do desejo do Deputado Angelo Vanhoni de fazê-lo, mas são as minhas palavras.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não sei se esse desejo se confirma. Pelo que V.Exa. está dizendo, pode ser que V.Exas. já tenham feito um acordo de não confirmar o procedimento de 24 horas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Faremos daqui a pouco esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Então, se isso acontecer, eu não terei participado desse acordo. Como Presidente desta Comissão, a minha obrigação é seguir o Regimento. E não há para mim outra opção nem outro desejo senão o de fazê-lo. Então, essa é a minha opção, é lógico, considerando as variáveis políticas que viermos a debater aqui.

Mas eu quero, a título de informação, dizer o seguinte: a Mensagem da Presidência da República foi apresentada para nós no dia 20 de dezembro do ano passado, portanto na "antessala" do recesso parlamentar. A instalação da



Comissão, com a eleição da Mesa Diretora e a designação do Relator, se deu em 3 de abril de 2011. Estou citando esses dados porque alguns jornais, no dia de hoje, afirmam, em algumas matérias, que a Comissão sentou-se nesse documento. É só um esclarecimento.

De lá até o presente momento, abriu-se prazo para recebimento de emendas, no período de 23 de maio a 7 de junho, quando foram recebidas 2.915 emendas. Realizamos, para ouvir a sociedade, 16 audiências públicas e 3 seminários na Câmara dos Deputados e 19 seminários nos Estados, nas cidades de Imperatriz, Vitória, Curitiba, Florianópolis, Aracaju, Cuiabá, Maceió, Porto Alegre, Campo Grande, Manaus, Belo Horizonte, dois em São Paulo, Rio de Janeiro, dois em Natal, Recife, Brasília e Boa Vista.

Nós trouxemos para o debate...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, peço um aparte para complementar a informação que V.Exa. traz à Comissão, porque eu também vi essa matéria hoje nos jornais. Em Estados como o de São Paulo, do Deputado Ivan Valente, foram três seminários, e nós só estamos considerando um por Estado, que foi a decisão oficial da Câmara. No Estado de Santa Catarina houve quatro seminários; no Estado do Paraná, eu participei de três seminários. Então, é muito maior o número de audiências do que as oficialmente informadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - No meu Estado foi feita uma, oficialmente, e eu produzi duas, que não estão aqui contabilizadas.

Nós trouxemos autoridades, técnicos, representantes da sociedade organizada — 77 pessoas — para serem ouvidas no espaço desta Comissão, aqui em Brasília.

No início dos trabalhos, o então Presidente, Deputado Gastão Vieira, determinou a criação do *e-mail* institucional da Comissão Especial e a página da Comissão para que a sociedade pudesse enviar sugestões ao Colegiado, tendo em vista que a nova plataforma do e-Democracia só viria a funcionar plenamente a partir do dia 5 de junho do corrente ano. Portanto, essas informações são necessárias.

Nós tínhamos a expectativa de ler o relatório há 3 semanas. Não o fizemos por um esforço pessoal do Deputado Angelo Vanhoni, que se envolveu com o tema do percentual do PIB e buscou construir as melhores possibilidades possíveis a partir do que nos foi enviado e a partir de expectativas da sociedade, aqui expressas



em abundância. Então, em função desse esforço desenvolvido pelo Deputado Angelo Vanhoni nós ficamos 3 semanas — portanto, três sessões ordinárias — sem ler o relatório, o que nos daria folga para o debate final.

Por fim — nós vamos enfrentar esse debate no caminho, Deputado Ivan Valente —, eu queria dizer que nós temos que, após lido e apresentado o parecer, após as 5 sessões em que as emendas serão apresentadas, após a apresentação do substitutivo final, a partir de 24 horas em diante, conforme desejar ou se sentir seguro para fazê-lo o Relator Angelo Vanhoni, nós teremos um debate final. Vai estar em cima do recesso parlamentar, e nós vamos ter que decidir se fazemos um debate e uma votação intensivos ou não. Esse vai ser o nosso cenário, que não será debatido neste momento, será debatido no momento oportuno, sobre aquilo que vamos tratar.

Isso posto, depois que o Deputado Ivan Valente usar a palavra para pedir um esclarecimento, vou passar a palavra ao Relator, Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria um esclarecimento sobre o prazo, Sr. Presidente. Exaurido o prazo de 5 sessões e lido o relatório, que dia nós faríamos a próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - No dia 15, provavelmente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É uma quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A partir daí, que dia pode ser feita a votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A qualquer hora a partir daí.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A qualquer momento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quer dizer, pode ser na semana...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pode ser na última semana antes do recesso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pode ser na terça, na quarta ou na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Isso. Ou se, por acordo, os membros da Comissão desejarem fazer uma movimentação na segunda ou na sexta, nós o faremos. São as possibilidades que temos.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Outro esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Somente quero fazer um registro sobre essa sua manifestação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Para fins de prazo, o relatório já é considerado de conhecimento público, fato que se deu ontem. Então, a sessão de hoje do Plenário já conta como a primeira sessão das 5 que haveremos de transpor até o prazo previsto para a apresentação do substitutivo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

E também, esclarecendo inclusive ao público, não só aos Deputados, a votação do projeto de lei do PNE pode ser terminativa na Comissão e ir para o Senado ou, a requerimento de um conjunto de Deputados, regimentalmente, passar pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - É a regra regimental.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - São 51 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Se aprovado por maioria...
(Pausa.)

Deputado, estou sendo informado pela Assessoria de que, após isso feito, o projeto vai para o plenário, onde fica por 5 sessões, até que contradição ao relatório apresentado seja feita. Se não for feita, ele segue para o Senado. O recurso quanto ao poder conclusivo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, não estou com o Regimento nas mãos, por isso pergunto: seriam necessárias 51 assinaturas para a matéria ser enviada ao plenário, e nesse prazo dos 5 dias a partir do dia da votação aqui, do dia 20 ao dia 22, se for esse o caminho adotado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Isso. E como sei que V.Exa. tem o maior interesse em que nós saíamos daqui no dia 22 com o relatório aprovado...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Depende, Sr. Presidente: com 10% do PIB, aceito na hora.

(Manifestação na plateia. Estudante acampado, qual é sua missão? Dez por cento do PIB para educação!)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Feita essa manifestação, que nós já conhecemos...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, registro a presença dos estudantes acampados aqui na frente, acompanhando nossos trabalhos.

(Manifestação na plateia.)

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, é importante a juventude brasileira se mobilizar por uma causa justa como o é a educação pública de qualidade.

Havia uma decepção geral com relação ao Plano Nacional de Educação anterior, que se extingue agora. Essa luta é antiga. Eu não estava aqui, mas o Deputado Ivan Valente sim, e acompanhou perfeitamente.

Hoje, por causa desse debate, os estudantes se mobilizam nacionalmente por meio da UNE e da UBES, o que acho muito bom. Eles são bem-vindos ao nosso debate.

(Manifestação na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputados.

Deputado Dr. Rosinha, registro com carinho sua presença nesta Comissão. Sua falta foi muito sentida, e vê-lo aqui para este debate final é muito importante.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, minha preocupação é com o que me parece ser o ponto central desta discussão: o financiamento.

Por ocasião do debate após a leitura do relatório, certamente, cada um de nós apresentará suas emendas e destaques e, dentro do processo de discussão, quem tiver mais votos certamente terá o resultado composto.

Agora, pergunto a V.Exa., Sr. Presidente: qual é o entendimento da Mesa sobre o estabelecimento do percentual? Pergunto isso porque quando da apreciação da PEC da DRU foi estabelecida por uma proposta de emenda à Constituição a blindagem constitucional do estabelecimento do percentual. Então, um dos itens dessa emenda, votada e aprovada em dois turnos aqui e no Senado Federal, e transformada em texto da nossa Constituição, é que o percentual do PIB a ser investido em educação — isso está hoje na Constituição brasileira — conste do PNE, e existe a blindagem constitucional.



Pergunto a V.Exa. se a Mesa entende que, na hora em que for estabelecido aqui o percentual, não será possível o veto por parte da Presidente da República, em função justamente dessa blindagem constitucional. Qual é o entendimento da Mesa sobre esse aspecto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A informação que a Consultoria nos dá é de que há divergências. Para resolver essa divergência, o Executivo pode enviar uma nova mensagem ao Congresso arguindo a impossibilidade de cumprir o percentual. Então, ele tem que mandar uma nova mensagem com o patamar para a decisão, conforme a sua visão de Executivo e suas possibilidades financeiras.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Isso significa, Sr. Presidente, que a Mesa admite, então, que não é possível o veto, já que há blindagem constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A Assessoria disse que há controvérsias.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Há controvérsias. Então, no caso, nós poderíamos formular o questionamento à Mesa e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - E era importante, eu digo a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Acho importante, e V.Exa. já havia me registrado, Deputado Rogério...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Isso. Eu vou formular por escrito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Acho importante a formalização.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - ... até para que quando os companheiros aqui votarem o percentual do PIB tenham a responsabilidade de dizer que estamos decidindo aqui, nós não estamos passando a responsabilidade para a Presidente da República vetar ou deixar de vetar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O.k.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Então, o percentual que for definido aqui na Câmara, no meu entendimento, a Constituição nos garante que não é passível de veto da Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O.k.



Eu queria saudar os estudantes presentes. (*Palmas.*)

Eu queria saudar as diversas entidades que compõem essa luta política envolvendo o grupo PNE pra Valer, com patamar de 10%. Faço isso em nome da representante da UNDIME do meu Estado, que está presente, do Município de Cariacica, uma Secretária dedicada e que nós todos respeitamos muito.

E queria dizer a todos vocês que aqui nesta sala não há ninguém que não queira 10% do PIB para a educação. Todos queremos 10%, 15% ou mais. Estou dizendo isso porque não se está estabelecendo aqui um divisor de águas entre quem é a favor de 10% e quem é contra 10%. Aqui não há quem não seja a favor de 10% ou mais.

Portanto, estamos partindo de pressupostos de outro padrão de discussão quando ela for feita aqui. E o que nós decidirmos no caminho, de hoje até a decisão final sobre esse tema das metas, incluindo a meta específica que trata do PIB, será o que o conjunto majoritário desta Comissão decidir.

Passo a palavra à Deputada Professora Dorinha. Em seguida fará uso da palavra a Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos. Eu gostaria de dizer ao Relator, ao Presidente e às diferentes entidades aqui representadas — UNDIME, CONSED, UNE, Campanha, Todos pela Educação, CNTE, UBES — que na última reunião da CNTE tivemos a oportunidade de nos manifestar sobre a importância desse tema. E eu acho que os estudantes, em especial, estão mostrando que se preocupam com o futuro da educação, e não com a sua pele no momento.

Como o Presidente disse, acho que há um consenso, sim, em torno dos 10%. E, mais do que apenas firmar o consenso, temos o poder de fixar os 10%. Eu acho que podemos concretizar esse que é um desejo de cada um de nós, com o compromisso que temos com o País.

Das muitas emendas que apresentei, várias foram rejeitadas por incompatibilidade orçamentária e financeira. Se é por isso, aprovados os 10% elas poderão ser acolhidas. São emendas importantes em relação ao piso.

Eu queria reforçar aqui o pensamento de que se tivermos um olhar diferenciado — e a Presidente da Comissão de Educação é uma pessoa que tem uma marca em relação à questão do piso salarial e das condições de valorização —



poderemos assegurar mais recursos para a educação. Entendemos que não é possível termos uma educação de qualidade sem valorizar o professor. Se não dermos condições de trabalho ao professor, não conseguiremos melhorar os resultados da educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, quero saudar as entidades e parabenizá-las pela mobilização — Campanha, CNTE, UNDIME, UNE, UBES. Quero, inclusive, parabenizar a UBES pela realização do 39º Congresso. A UBES tem uma nova Presidente. Onde está a Manuela? Está ali. *(Palmas.)*

(Manifestação na plateia. Manu Presidente, UBES para a frente!)

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Um abraço para o Ian, que fez um belo trabalho com toda a sua equipe. Seguramente, Manuela vai dar continuidade a esse trabalho.

Sr. Presidente, quero aproveitar, muito rapidamente, para mais uma vez dar conhecimento à Casa, aos demais Parlamentares, do recurso — a Deputada Alice o assinou — que estamos apresentando ao Plenário da Câmara dos Deputados para cassar a decisão tomada recentemente na Comissão de Finanças.

Que decisão foi essa? Uma decisão que altera o mecanismo de reajuste da Lei nº 11.738, de 2008, que instituiu o piso salarial do magistério. De acordo com a lei em vigor, só para que vocês tenham uma ideia, os professores estão todos confiantes em que haverá um reajuste, no ano que vem, em torno de 23%. Se vigorar o que foi aprovado na Comissão de Finanças, esse reajuste cairá para menos de 6%. Não podemos permitir isso de maneira nenhuma. Essa é uma luta de toda a Comissão de Educação, uma luta suprapartidária, Deputada Professora Dorinha, que se tem empenhado muito nisso. Estamos apresentando esse recurso. Inclusive, na semana passada comuniquei ao Governo que iríamos tomar essa iniciativa, Deputado Dr. Rosinha, porque não vamos permitir que se alterem as regras do jogo para prejudicar, do ponto de vista salarial, os profissionais da educação. Estamos, portanto, apresentando esse recurso à Casa.

No que diz respeito ao Plano Nacional de Educação, quero saudar o Deputado Angelo Vanhoni pelo belo trabalho que vem fazendo. Na verdade, o relatório foi protocolado na última segunda-feira. Vamos agora ao debate. Quero também, Deputado Lelo Coimbra, comunicar a V.Exa. e a esta Casa que hoje eu



participei da reunião do Fórum Nacional de Educação, juntamente com V.Exa., representando a Comissão de Educação e Cultura naquele colegiado, que, sem dúvida nenhuma, é hoje uma das instâncias mais representativas, mais qualificadas da educação no País. Eram mais de 50 entidades presentes. Tínhamos desde a sociedade civil, Deputada Alice, aos órgãos governamentais. Inclusive o Secretário-Executivo Arlindo está aqui. O Prof. Francisco das Chagas Fernandes está aqui também. Ele é Secretário-Executivo Adjunto do MEC e é quem coordena o Fórum Nacional de Educação.

Deputado Lelo Coimbra, permita-me passar rapidamente às mãos de V.Exa. e do Deputado Angelo Vanhoni a nota que aprovamos hoje no Fórum, que passo a ler:

“Nota pública do Fórum Nacional de Educação sobre a tramitação do PL nº 8.035/2010 no Congresso Nacional.

Brasília, 06 de dezembro de 2011.

O Fórum Nacional de Educação (FNE), órgão de Estado e espaço inédito de interlocução entre a sociedade civil e governo, instituído pela Portaria nº 1407/2010, reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação (Conae/2010), reunido nesta data, na Sala de Atos/MEC.

Para o Fórum Nacional da Educação, a aprovação do PNE, concretiza a concepção de que a educação é uma política de Estado e deve constituir-se compromisso de todos.

Nesse sentido, o Fórum Nacional de Educação considera fundamental:

1 - a discussão imediata do relatório que apresenta parecer produzido pelo Deputado Angelo Vanhoni;

2º - aprovação do texto final do PL 8.035/2010, na Câmara dos Deputados, ainda em 2011, respeitadas as deliberações da Conae/2010, conforme manifestação em Nota Pública que tratou das emendas apresentadas pelos Deputados Federais ao referido projeto e analisadas durante Encontro Nacional do FNE, realizado em 19 de agosto passado.

O Fórum Nacional de Educação considera que, ao agir assim, o Congresso Nacional responderá positivamente à intensa mobilização histórica e política em torno do Plano Nacional de Educação 2011-2020, processo mais legítimo de construção de políticas educacionais para o País.”



Deputado Angelo Vanhoni, na condição de Presidente da Comissão de Educação e em nome da bancada do PT, louvamos todo o seu trabalho. Vamos ao debate. É muito importante a presença da sociedade civil porque o sentimento de todos nós aqui, de todos os partidos é de podermos, com o debate, aprovar um Plano Nacional de Educação para valer. Parabéns pelo trabalho, Deputado Angelo Vanhoni.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Registro a presença de Marlene Oliveira dos Santos, representante do Fórum Baiano de Educação Infantil, Comitê Diretivo do MIEIB, e Maria Ieda Nogueira, Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Obrigada. Boa tarde a todas e a todos os presentes.

Saúdo igualmente o movimento da educação brasileira, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas pela luta, pela realização do seu congresso e pela eleição, desta vez, de uma menina-mulher para dirigir essa UBES de tantas histórias, de tanta tradição; a União Nacional dos Estudantes, a CNTE, a CONTEE, a Campanha Nacional pela Educação.

A posição do Fórum é extremamente importante.

Recebi com antecipação a minuta do relatório do Deputado Angelo Vanhoni. O seu relatório, Deputado Angelo, precisa ser reconhecido, porque talvez seja a peça mais completa do ponto de vista da análise educacional dos últimos anos, pois incorpora as emendas do movimento social, a busca da universalização do ensino básico no Brasil, traz diretrizes para qualificação e para uma melhora nos padrões educacionais do País, questão que a imprensa brasileira vem tocando. A revista *Carta Capital* desta semana levanta uma suposta desistência da escola pública, mas não é isso que enxergo na prática. O que enxergo de fato ainda são salários aquém da necessidade do professorado, uma litigância de má-fé para o pagamento do piso salarial nacional do professor por parte de alguns gestores — não de todos, ressalvo os sérios.

Existe ainda uma herança maldita de inversão de valores educacionais, que foram estagnados e levados ao subsolo das políticas públicas da ditadura até os



governos genuinamente neoliberais neste País. De fato, a minha geração pegou uma escola pública com infraestrutura esportiva, que ensinava música por partitura, uma escola de qualidade a que a juventude da década de 90 e dos anos 2000 não teve acesso. A recuperação disso não se dá da noite para o dia.

Seu relatório trata do estágio, do ensino básico, do ensino superior, da democracia na escola brasileira. É, de fato, uma peça espetacular, e quero parabenizá-lo por isso, bem como à Consultoria na área de educação, que nos tem ajudado tanto a compreender melhor os fenômenos educacionais e culturais deste País. A garotada precisa ler artigo a artigo porque, de fato, há novidades. Mas sabemos que nós, da Comissão — quero falar em palavras claras, para não fugir do debate —, estamos lendo o relatório sabendo que o Deputado Angelo Vanhoni propõe 8%, mas foi à luta para tentar com esta Comissão os 10%. E nós sabemos que 8% representam um acréscimo de quase 100% ao que hoje é aplicado. Se em última instância for esse o índice, nós não votaremos contra um aumento de praticamente 100%. Agora, nós queremos mais. Queremos que a equipe econômica faça uma última reflexão. Nós estamos fazendo a nossa parte nesta Comissão de Educação — eu atesto isso. Quando falo nós, eu me refiro à Deputada Fátima Bezerra, ao Relator, Deputado Angelo Vanhoni, ao Deputado Lelo Coimbra, que assumiu a Presidência em substituição ao Deputado Gastão Vieira, que foi cumprir sua tarefa no Ministério do Turismo.

Nós sabemos que a nossa musculatura vai até um certo ponto. Fala mais alto a voz das ruas; fala mais alto esse acampamento que está aqui à frente da Câmara dos Deputados; fala mais alto a composição desses dados para que a equipe econômica, para que as estruturas econômicas possam analisar se esses 10% seriam mais nocivos do que as isenções que a indústria recebe, que o setor financeiro recebe. Então, é necessário parar e analisar. Nós temos aqui amarras concretas. Se a Comissão mudar de *motu proprio*, nós teremos a sombra do veto. Mas se a política real reivindicar e transformar isso em um elemento forte a ponto de a equipe econômica aceitar, nós teremos condições de ir adiante.

Então, falando um português claro, para nós é 10%. Erguemos os cartazes, as faixas, fomos às passeatas. (*Palmas.*) Mas é preciso que o movimento social se posicione com intensidade. É a hora da mídia. Essa mesma mídia que se preocupa em analisar, às vezes, detalhes que não são tão importantes na estrutura da



República. Todos defendemos lisura, probidade, combate à corrupção, mas as páginas dos jornais se afogam, às vezes, numa multiplicidade de argumentos para fazer a contagem dos Ministros que caem. Não está na hora de a mídia tratar dos 10% para educação pública no País com a devida tenacidade? (*Palmas.*) Não está na hora?

Então, quero dizer de maneira muito clara que estou aqui para votar os 10%. Quero louvar o esforço da nossa Comissão, que moveu o que no passado se chamaria de “imexível”, porque estava posto o índice original na mensagem do Ministério e foi a luta de vocês e a luta suprapartidária da Comissão que possibilitou mexer no índice. Mas se quisermos mais, temos de gritar mais. Esta, na minha opinião, é a nossa lição.

Por isso, Deputado Angelo Vanhoni, se, em última instância, o relatório estiver posto para votação, estarei com o Relator, mas espero ainda pelo efeito do fenômeno das ruas, da voz estudantil, que é uma voz forte nesta República. Ontem testemunhamos a anistia de Carlos Marighella, que fazia prova em versos (*palmas*), que foi um herói retirado dos livros da História deste País. Se vivo fosse, ontem completaria 100 anos. Seu filho e seus netos não tiveram condição de ter o afago carinhoso do homem sensível que era, porque foi abatido a tiros nas ruas de São Paulo pela ditadura militar. Nós sabemos o que se passou com a educação e com a liberdade neste País. Então, em nome de Carlos Marighella, que fazia prova em versos, continuem a recitar nesses dias para ver se mexemos nesse índice e para que, a partir daí, possamos finalizar com mais aplausos ainda o relatório do nosso querido Deputado Angelo Vanhoni, que é, igualmente, alguém que dedica sua vida à batalha da liberdade e da educação brasileira.

Parabéns pelo relatório, que apoio. Quero um pouco mais, mas só a voz das ruas nos ajudará a ter um pouco mais do que foi conseguido por nós todos, em especial por V.Exa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Pedro Chaves, depois, o Deputado Ivan Valente. Vou tomar a liberdade para, em seguida, passar para o Angelo Vanhoni, senão o motivo de estarmos juntos aqui hoje não se realizará.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Minha questão é de encaminhamento e de ordem.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, para não ser repetitivo — os colegas já abordaram praticamente todos os temas que nós gostaríamos de falar aqui, neste debate —, eu não poderia deixar de parabenizar o Relator, Deputado Angelo Vanhoni, por seu relatório com aproximadamente 3 mil emendas analisadas. Esta Comissão debateu por vários meses esse tema de grande importância para o nosso País.

Eu gostaria então de externar nossos cumprimentos a S.Exa. e ao nosso Presidente, Deputado Lelo Coimbra, meu companheiro do PMDB, que muito bem substituiu nosso ex-Presidente, Deputado Gastão Vieira, que foi cumprir uma missão no Poder Executivo.

Parabéns a V.Exa., Deputado Lelo Coimbra, nosso Presidente, e ao Deputado Angelo Vanhoni pela Relatoria. Estamos aqui para apoiar este encaminhamento proposto por V.Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputado Pedro Chaves.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, não vou entrar ainda no mérito do debate, porque acho que não é o momento, ainda quero ouvir o nosso querido Relator, Deputado Angelo Vanhoni. Mas quero colocar duas questões de ordem. Estamos sabendo que a Comissão de Finanças e Tributação colocou empecilhos no sentido da inadequação em relação ao Orçamento. Está correndo essa questão e é preciso ser derrubado esse recurso. Quero saber se há informação da Mesa sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Foi dito aqui pela Deputada Fátima Bezerra que foi colocada uma inadequação no debate do Orçamento quanto à questão do reajuste salarial, e há um recurso em andamento contra a decisão.

Se for sobre esse assunto, é a única informação que temos, outra não temos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sobre o índice do PNE, não temos informação?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ainda não porque publicamente ele é conhecido, mas formalmente, não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A outra pergunta é a seguinte: na reunião passada, na qual havia poucos Deputados, o Deputado Paulo Rubem Santiago propôs a convocação ou o convite ao Ministro da Fazenda antes do debate final. Porque nós nos sentimos absolutamente excluídos desse processo de debate. Pois houve vários debates do Relator com a equipe econômica e com alguns Deputados selecionados, mas não houve o debate com a Comissão Especial do PNE com a equipe econômica. Então, o Deputado Paulo Rubem apresentou esse requerimento, e a Deputada Professora Dorinha e eu também nos propusemos a assiná-lo. Eu quero saber se ele deu entrada formal a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O Deputado Paulo Rubem deu entrada a um requerimento com o seguinte teor: *"Solicito sejam ouvidos o Ministro Guido Mantega e a Ministra Gleisi Hoffmann quanto ao percentual da aplicação do PIB na Educação"*.

Esse é o texto linear, sem marcar data, sem definir precisão de prazo ou espaço temporal. Foi só essa discussão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o requerimento será votado na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Esse requerimento foi dada entrada na Secretaria.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele não deveria estar em da pauta para o aprovarmos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A pauta de hoje era específica para leitura desse relatório.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, eu pediria que discutíssemos esse requerimento extra pauta e o aprovássemos na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Podemos fazê-lo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E certamente para todos os Deputados e para o público presente só faz sentido a vinda da equipe econômica antes de acabarmos a discussão e a votação.

Eu tinha entendido naquele dia que não havia óbice a essa questão, mas estou arguindo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como também não havia requerimento. Eu não estava presente, mas houve uma manifestação verbal, que depois se materializou no requerimento ...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O requerimento está materializado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Sim, mas naquele momento da sessão passada, havia uma verbalização, não havia uma materialização do documento, que foi para a Secretaria. Portanto, naquele momento, não existia algo a votar, embora pudesse ter havido assentimentos de que fosse ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Concordo com o Presidente. Eu quero só formalizar que o requerimento deve ir a voto na Comissão. E eu quero discuti-lo quando for a voto, independente da leitura do relatório pelo Deputado Angelo Vanhoni. Se nós pudermos fazê-lo extra pauta hoje mesmo e encaminhar a data dessa presença na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Regimentalmente, se V.Exa. fizer uma solicitação extra pauta, com um terço de assinaturas, a votação nominal, nós poderemos...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pode ser feito hoje mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Nós poderemos fazer a votação como extra pauta após a pauta a ser cumprida. E a pauta hoje é a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, Deputado Lelo Coimbra, Sras. e Srs. Deputados, vocês não imaginam o quanto eu estava esperando esse dia. Parecia que ele nunca ia chegar. Desde abril, quando nós começamos — e eu tive a honra e a responsabilidade de ser, pela Comissão, designado Relator desta matéria — a discutir e aprofundar sobre os problemas da educação em nosso País.

Eu gostaria de agradecer o empenho ao Ricardo, ao Paulo, à Ana, à Carolina. Levantem, por favor. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A Ana, inclusive, abriu mão de estar comigo na reunião do Parlatino na semana passada pela função do Relator, convidada que foi pela Comissão.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Agradeço o empenho, juntamente com a Terezinha, nossa assessora da Comissão, e a dedicação que os funcionários da Câmara dos Deputados tiveram desde o primeiro momento da instalação desta Comissão até a data de hoje.

Não terminamos ainda o nosso trabalho, vamos continuar por mais algum tempo. Mas a possibilidade de trazer essa peça, esse roteiro de discussão a respeito do Plano Nacional foi um grande trabalho e contou com a colaboração de especialistas, de gente que se debruça sobre os problemas da educação do nosso País, como são os nossos técnicos da Câmara, o Ricardo, o Paulo, a Ana, a Carolina, e outros, com muito afinco. Não tivemos problemas de tempo entre nós para poder chegar a este relatório.

Os problemas da educação em nosso País de certa maneira todos nós sabemos, uns abordam um aspecto, outros abordam outro aspecto, mas sabemos quais são os problemas. A Deputada Alice Portugal fez uma referência do que aconteceu com a escola pública nesses últimos anos. Nós chegamos a universalizar a escola pública para o nosso País, mas deixamos de lado tanto a função do Magistério, quanto à preocupação com a qualidade da escola pública. E agora, nesses últimos anos, estamos tentando reverter essa situação. Existe uma tendência em nosso País de reverter algo historicamente colocado nesses últimos 30 anos. E essa reversão, no meu modo de ver, se deve a três atitudes que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira tomaram em relação à educação.

Em primeiro lugar, a criação do FUNDEF e do FUNDEB, que é a constituição institucional de um grande fundo, apontando, na realidade, com uma parceria entre Estados, Municípios e União para o financiamento da educação no País. Essa legislação é um marco recente na história educacional brasileira.

Outra matéria é a Emenda 59, da qual o Deputado Rogério Marinho brilhantemente foi o Relator, que retirou do Governo a possibilidade de remanejar o Orçamento com as verbas designadas para a educação. A educação não faz mais parte da DRU, Desvinculação das Receitas da União.



Junto com essa legislação, dois avanços são importantes de serem consignados aqui. Primeiro, a extensão da obrigatoriedade não mais para as crianças de 6 anos, mas para as de 4 anos até os 17 anos. A legislação anterior previa a obrigatoriedade apenas dos 6 aos 14 anos. E nós estendemos como uma obrigação constitucional o Estado brasileiro absorver, acolher e entender que deva fazer parte da educação obrigatória o ensino para as crianças a partir dos 4 anos e os jovens até os 17 anos de idade. Essa é uma mudança importante de conceito para o disciplinamento do ordenamento jurídico, para as políticas públicas, para o envolvimento sistêmico dos Estados e Municípios na busca da formação educacional do povo brasileiro.

E outra mudança importante é essa a qual o Deputado Ivan Valente e o Deputado Lelo Coimbra já fizeram menção. De que o Plano Nacional, já previsto na legislação, deveria ter necessariamente a consignação de um índice, de um percentual do PIB como referência de meta de investimento para as suas metas elencadas.

De 2009 para cá, dando prosseguimento à legislação, as entidades, os poderes públicos municipais e estaduais, com o estímulo determinado da União, promoveram um amplo debate na sociedade. As conferências municipais se afunilaram numa grande conferência nacional, a CONAE, que se realizou no primeiro semestre do ano passado e debateu os temas da educação brasileira.

O fruto da discussão da CONAE foi o diagnóstico sobre todas as etapas da educação brasileira, desde a creche, o ensino médio, as dificuldades de transporte, a educação de jovens e adultos, aos problemas da educação no campo, da educação indígena, da educação dos afrodescendentes, isto é, dos quilombolas, os problemas da educação especial, ao debate que a sociedade brasileira trava hoje sobre a maneira mais coerente e que tenha melhor procedimento do ponto de vista de alcançar êxito sobre a inclusão daqueles que têm alguma necessidade especial. A meta foi combinar as discussões das conferências com a da conferência nacional.

As políticas do sistema de avaliação, tanto do ensino superior quanto do ensino básico brasileiro foram fruto de um amplo debate. Esse debate redundou numa peça que o poder Executivo, o Ministério da Educação enviou ao Congresso Nacional ainda sob o Governo do ex-Presidente Lula, em 20 de dezembro de 2010.



Esse projeto consta de 12 artigos e 20 metas. Diferente do Plano Nacional anterior, porque ele tinha 290 metas, esse plano tem 20 metas muito bem definidas. Nós optamos por conservar essa estrutura porque é fácil a sociedade se apoderar dessas 20 metas, compreender qual o papel do Estado em relação à educação do País, desde a formação da criança de 0 a 3 anos de idade, até a de doutores e mestres no regime de pós-graduação em território nacional. Quer dizer, o Plano Nacional trata do processo de educação da população brasileira em idade escolar, da aquisição de conhecimentos para se constituir um cidadão e ter um desenvolvimento técnico e científico, de zero a 3 anos até os 30 anos de idade.

O Plano Nacional se debruça sobre os problemas do passivo educacional brasileiro. O País tem um índice médio de 6% a 7% de escolarização. E precisamos alcançar a média dos países mais desenvolvidos e no mínimo de 12 anos de escolarização. Temos problemas com o analfabetismo, que chega aos índices de 12%, 13% e 14%. A alfabetização de jovens e adultos funcionais é também um gravíssimo problema que temos no nosso País. O Plano Nacional se debruça sobre esses problemas, mas, ao mesmo tempo, pretende olhar para a educação do presente, sobretudo apontando para o País do futuro, para a escola pública que queremos ter em 2023.

Com este objetivo, nós procuramos produzir um relatório, um texto, um substitutivo que pudesse orientar e elencar as principais diretrizes na área da educação brasileira e fizesse a combinação que queremos: incluir no sistema educacional todas as crianças em idade escolar; corrigir o passivo educacional do nosso País; e sobretudo garantir a qualidade do processo educacional brasileiro. Então, com este objetivo, nós produzimos este relatório que estou, neste momento, trazendo a público para os Srs. Deputados.

Quero fazer aqui um agradecimento às entidades, principalmente, à CNDE, à CNTE, à UNE, à UBES, à UNDIME. Em todo esse processo, desde abril, quando começamos a abrir o processo de discussão a respeito dos problemas da educação, nunca se furtaram a estar presentes aqui quando foram chamados pelo Relator, pela equipe técnica. O Daniel, o Leão, o Sanches e a Cleuza estiveram presentes diversas vezes, não apenas em reuniões aqui, na Câmara dos Deputados, mas também nas audiências públicas realizadas em diversos Estados, sempre estiveram presentes, identificando os problemas e trazendo sugestões para o relatório.



Quero fazer um agradecimento especial ao Chagas, coordenador do Fórum e Secretário Executivo do Ministério da Educação, que acompanhou, juntamente com o Arlindo e a equipe técnica do Ministério da Educação, essa discussão e também as audiências públicas realizadas nos 18 Estados da Nação, trazendo contribuição, trazendo diagnóstico, apontando caminhos para esta discussão a respeito do Plano Nacional.

Faço um agradecimento ao Fórum Nacional de Educação, embora só o Charles esteja aqui. O Mozart além de ser um representante do Fórum, é um especialista que tematiza, discute, tem uma vivência, uma vida dedicada à área da educação, e sempre esteve à nossa disposição. Ele colaborou do ponto de vista técnico-científico nas audiências públicas aqui, na Câmara dos Deputados, e pessoalmente também com o Relator, trazendo sugestões em diversos momentos.

Enfim, agradeço ao conjunto dos Deputados. Das 3 mil emendas que nós analisamos, grande parte não foi acolhida, mas um outro tanto foi.

Se o relatório hoje tem a dimensão de aprofundar em determinados temas, de expandir as metas e fazer uma conexão com setores da sociedade que dizem respeito à formação educacional do povo brasileiro, sobretudo às áreas da cultura e da ciência e tecnologia, que não estavam presentes no relatório anterior, é fruto da contribuição dos Srs. Deputados e dos movimentos sociais que hoje estão presentes.

Deputado Professora Dorinha, algumas emendas suas não foram aceitas por questões financeiras, mas há outras muito importantes que mudam bastante diversos pontos do relatório anterior. V.Exa. sabe disso. E para nós é um orgulho ter a sua contribuição técnica e seu conhecimento a respeito dos problemas da educação. Assim como da companheira Fátima Bezerra, que tem inúmeras contribuições no relatório, junto com outros Deputados. Nós podemos dizer que a CNTE, junto com outras entidades, apresentou uma questão importante para a qualidade da educação no País. E ela está na origem do relatório.

O Deputado Ivan Valente também tem contribuições nesse sentido. Faz parte do texto original enviado ao MEC o aspecto de que a melhoria da qualidade da educação do País passa pela melhoria dos vencimentos dos profissionais do Magistério. Nós precisamos valorizar o Magistério, os profissionais da educação.



Então, está presente a emenda de diversos Deputados, dentre eles da Deputada Fátima Bezerra, não para aproximar o salário médio, mas equiparar os vencimentos médios dos profissionais da área de educação com o nível de educação equivalente, para que possamos chegar em 2023 ou 2022 com o revigoramento da profissão do professor.

Mozart, eu vi uma exposição sua um dias desses na televisão, uma entrevista breve. Mas vi também um documentário aqui, na Câmara, dizendo que o concurso para o Magistério na Coréia é mais concorrido do que o concurso para Medicina. Há uma inversão. Então, quando nós falamos de índices da qualidade do ensino no País, temos que considerar uma porção de variantes que atuam sobre as condições da escola brasileira. Um dos graves problemas é a estrutura dos vencimentos no Magistério, a sua valorização na sociedade. Além de precisar ser reconduzido para o prestígio social, a equiparação salarial é uma cláusula importante.

Então, eu quero agradecer e reafirmar que este relatório é fruto da contribuição de diversas entidades, dos Deputados da Comissão Especial e de diversos outros. Se não me engano, perto de 200 Deputados apensaram emendas ao relatório, que nós estamos trazendo à luz para os Srs. Deputados.

Não foi possível chegar aos 10% do PIB — sou muito franco em dizer isso aos senhores —, não por que o impasse estivesse entre a discussão do Governo e a Comissão. Nós procuramos fazer um relatório calcado nas metas: metas de 0 a 3 anos até o ensino superior. Nessas metas nós adotamos um padrão de financiamento, que será uma conquista se conseguirmos aprovar nesta Comissão e na Câmara dos Deputados. Trata-se de se ter como padrão de investimento, de financiamento da educação o Custo Aluno Qualidade.

Nós adotamos o CAQ como elemento central. Ele norteou a construção do relatório como um todo. O CAQ, que é este padrão de financiamento, foi recentemente aprovado. Consta na Constituição e na LDB a sua necessidade de formulação. Mas o Governo brasileiro até hoje não fez esses estudos e não chegou a esses parâmetros.

O Conselho Nacional de Educação chegou ao parâmetro de qual é o custo mínimo de um aluno numa escola de qualidade em todo o território nacional, fazendo uma média do custo que pode orientar os investimentos nos Municípios, Estados e União.



Nós estamos adotando o CAQ como principal instrumento para nortear a discussão e formatação de uma proposta de financiamento para a educação. Se esta proposta é a que condiz com as necessidades do Brasil para os próximos 10 anos, é o debate que os senhores vão fazer junto com as entidades nos próximos dias, e que o Congresso Nacional deverá fazer até o final do ano que vem. Se não é este, deveremos adotar um outro parâmetro ou outros parâmetros para o financiamento. Mas nós procuramos trazer aqui uma proposta concreta de discussão e de avanço dos parâmetros que são hoje consignados na Nação, seja pelo Governo Federal, sejam pelos Estados e Municípios. Em função desse parâmetro, nós chegamos ao percentual de referência de 8% do PIB.

A discussão com o Governo Federal foi difícil? Foi difícil. Talvez os Srs. Deputados já tenham conhecimento, o próprio Presidente Lelo Coimbra já disse que o relatório está pronto há mais de 30 dias, mas nós tínhamos dificuldades de apresentar o índice. Chegamos a um bom termo? Eu acho que chegamos a um bom termo. O número apresentado traz uma proposta coerente, traz avanços importantes para a qualidade da educação no País e a inclusão daqueles que estão fora do sistema educacional brasileiro.

Vou passar agora a dizer meta por meta o que significa do ponto de vista financeiro, quais os parâmetros trazidos com a adoção do CAQ, para que todo o mundo e a imprensa que está aqui possam conhecer com detalhes o que significa esse padrão de investimento na escola brasileira.

Os cálculos que nós realizamos foram cálculos utilizados pelo Custo Aluno Qualidade. É um parecer que não está homologado pelo Ministério da Educação, mas é uma definição de um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Educação.

Nós utilizamos o CAQ em nossa tabela, utilizamos também a lógica de ponderação utilizada pelo FUNDEB, que é o sistema atual, e a nota técnica do Ministério da Educação. Portanto, para montar a planilha de financiamento, vocês vão ver que esses 3 indicadores serão utilizados em uma ou outra meta.

Em relação ao PIB do Brasil, nós estamos trabalhando com o número de 3 trilhões, 675 bilhões de reais, que é o PIB consolidado de 2009 para 2010. De 2010 a 2011, é só acrescentarmos uma variação de 3% a 3,5% sobre esse valor. Vamos terminar este ano com o PIB próximo a 4 trilhões de reais. Então, cada 1% do PIB no valor de hoje significaria, em média, 40 bilhões de reais.



Nós temos aqui a definição do PIB *per capita*, que é a divisão do nosso PIB por 190 milhões de brasileiros. Por que isso? Porque o PIB *per capita*, de 19.267, é o índice que vai dar um percentual de quanto nós aplicamos para cada modalidade — para creche, educação fundamental, etc. O estudo que o Conselho Nacional realizou é mais ou menos como é feito nos países — Mozart, é isso mesmo? —, é como é feito nos países desenvolvidos em todo o mundo.

Aqui estão os valores para cada etapa, para cada modalidade.

Creche: o CAQ do ensino fundamental é mais 30%.

Aqui temos que fazer um jogo bem franco. Temos uma diferença em relação ao valor estipulado pelo Conselho Nacional de Educação. O valor da creche para o Conselho Nacional de Educação é de 7 mil e pouco. Nós pagamos hoje 2.200. Os Municípios pagam 2.200, os Estados pagam 2.200, e o Governo Federal completa, para os Estados e Municípios, no FUNDEB, o valor de 2.200. Nós estamos passando esse valor para 3.596. Nós achamos que não temos condições, neste momento, de passar para o índice que o Conselho Nacional de Educação propõe, que é de 7 mil reais por aluno. Nós entendemos que a meta da creche, que é passar de 2 milhões e 300 mil alunos hoje para 5 milhões e 800 mil nos próximos 10 anos, é uma meta viável, audaciosa. Nós estamos aumentando quase 70%, estamos melhorando significativamente a qualidade no atendimento das creches para todas as crianças em todo o território nacional. E a meta, conceitualmente, está estabelecendo 70% de atendimento ao público. Hoje nós praticamos 60% de atendimento público. Então, aumentamos o atendimento público na expansão da meta.

Pré-escola. O PIB *per capita* é de 15%, vai para 2.900. Ensino fundamental, 2.745; ensino médio, 2.793; EJA, 2.196; educação profissional, 3.596; educação em tempo integral, 2.333; educação especial, 3.596; ensino superior, 15.500; ensino superior a distância, 3.100; e pós-graduação 15.500.

Estão aqui disciplinados todos os custos praticados no sistema educacional brasileiro, desde a pós-graduação até a creche, com valores acima do praticado hoje pelo FUNDEB. O único que continua igual é o valor praticado pelo ensino superior, porque atinge o padrão internacional. Aquilo que é gasto hoje com o ensino superior está no mesmo padrão do que é gasto em qualquer país europeu, em qualquer país desenvolvido. É alto o custo que pagamos pelo ensino superior, porque os gastos



são altos, tais como: laboratório, formação de ciência. Não fazemos apenas transmissão de conhecimento nas universidades, há também laboratório, pesquisa, extensão, investimentos em pós-graduação, investimentos em doutorado. Portanto, o custo é de 15 mil e 500 reais.

Meta 1 (a).

Creche. (Educação de 0 a 3 anos). Situação atual: 2,064 milhões de crianças matriculadas. Plano do MEC: 5,8 milhões de matriculados. Mantivemos a meta, aumentamos o custo, porque consideramos o custo/aluno de 3 mil e 569 reais, e o MEC o faz por 2 mil e 252 reais. Estamos melhorando a qualidade. Quando se melhora a condição de financiamento, há repercussão diretamente na qualidade. Portanto, mantemos a meta que hoje satisfaz o padrão de atendimento na creche, mas aumentamos o público, que hoje é 60%, para 70%, e aumentamos o valor.

Meta 1 (b).

Pré-Escola. (4 - 5 anos). Situação atual: 4,7 milhões de crianças de 4 a 6 anos. Precisamos incluir mais um milhão e poucas crianças, passando, portanto, para 5,8 milhões de matriculados. Vamos universalizar. Estamos mantendo a meta. O valor pago pelo Governo é de 2 mil e 252 reais, e estamos propondo o valor pago de 2 mil e 904 reais. Existe aumento de valor.

Meta 2.

Ensino Fundamental. Situação atual: 31 milhões matriculados. O MEC propõe 29 milhões de matriculados em 2020. Essa é uma diferença do bônus demográfico. Os dados do Censo do IBGE nos apontam que haverá declínio no crescimento da população nos próximos anos. Estamos então considerando o bônus demográfico. O custo do MEC é de 2 mil e 632 reais e o custo do CAQI é de 2 mil e 745 reais.

Meta 3.

Ensino Médio. Situação atual: 8,3 milhões matriculados. Este é um dos graves problemas da educação brasileira. Estamos querendo fazer a correção, incluindo perto de 1,5 milhão de jovens, chegando a 10,2 milhões. Essa meta é não só do MEC como também nossa. Mas o nosso custo é outro: 2 mil e 793 reais, enquanto para o MEC é de 2 mil e 632 reais.

Meta 4.

Educação Especial. Essa é uma que está diferente da proposta original enviada pelo Governo. A situação atual é de 700 mil matriculados na rede. O gasto é



de 2,2 bilhões de reais. O PL enviado pelo Governo Federal fala em universalizar de 3 até 17 anos de idade, mas não estimula gastos. Estamos adotando outra metodologia. Segundo dados recentemente publicados pelo Censo, existem, no mínimo, 2 milhões com deficiência grave ou gravíssima, e há muita gente fora da escola. E nós estamos considerando um gasto equivalente a 3 mil e 569 reais, que é o gasto do ensino fundamental, acrescido de um percentual, porque a educação especial exige acréscimo para o atendimento.

Além disso, se o aluno do ensino regular for atendido em outra escola, contar-se-á em dobro o atendimento gasto com ele. Nós estamos estipulando um valor do PIB para a educação especial não determinado na proposta original do Governo.

Meta 5.

Alfabetização. Situação atual: 56% das crianças com até 8 anos alfabetizadas. A meta hoje é de alfabetizar 100% dessas crianças. Não há custo porque está diluído no sistema. Nós concordamos com a proposta do Governo.

Meta 6.

Educação de Tempo Integral. Aqui há significativa mudança. Veremos por que há diferença de recursos aplicados. Hoje, no Brasil, há 1 milhão e 100 mil crianças em regime de educação integral, ou seja, na jornada de 6 horas diárias.

O Governo estipulou meta de 11 milhões e 300 mil crianças em 2010.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado Angelo Vanhoni, V.Exa. disse que não há meta para a liquidação do analfabetismo?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não. Eu me referi às crianças que estão em idade escolar, até 8 anos de idade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, vai haver o EJA.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não. A meta da educação de jovens e adultos está separada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Será depois.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Está separada. Há o recurso destinado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está bem.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Nós estamos na educação integral. Quanto à educação integral, o Governo está propondo uma meta. Nós mudamos o conceito da meta. Qual é o conceito da meta? A meta é de 50% das escolas do



ensino básico brasileiro. Estamos mudando para 25% das matrículas do ensino básico brasileiro. Por que mudamos? Porque consideramos mais preciso, diz diretamente o que queremos atingir: 11,3 milhões de matrículas em todo o território nacional. Qual é a diferença financeira? O Governo fez um cálculo, levando em conta o Programa Mais Educação, que é uma ajuda de 370 reais para uma escola de regime integral sob o regime do Mais Educação.

Estamos trabalhando com outro valor: 2 mil e 333 reais. Por quê? Porque achamos que devemos induzir, passar da transição do Mais Educação para o regime integral de jornada, de duplicidade de jornada, para que as crianças tenham concepção pedagógica, diretrizes pedagógicas, o currículo seja organizado no regime integral, e não apenas entender o regime de contraturno como se fosse um regime para, de alguma forma, ocupar as crianças. É uma educação integral como deve ser, como a LDB prevê, como nós queremos que seja.

Nesse sentido, estamos acrescentando substancial quantia na modificação da política do Ministério da Educação na educação integral. Com esses 11 milhões, que correspondem a 25% da escola básica do Brasil, daqui a 10 anos, se realizada essa proposta, não tenho dúvida de que mudará a qualidade da educação.

Nós podemos incorporar aqui praticamente toda a pré-escola. Aqui não está computada a creche, porque a estamos considerando de regime integral, mas a pré-escola de 4 a 6 anos, as séries iniciais do ensino fundamental e as séries de 5ª a 6ª também podem estar abrangidas por esse percentual de estudantes no Brasil inteiro.

Meta 7.

O IDEB. Nós mantivemos o IDEB, a meta 7. Há discussão a respeito do IDEB e sobre os sistemas de avaliação. Nós debatemos isso aqui na Câmara dos Deputados e esse debate continua, porque o achamos importante, uma vez que ele perpassa as instâncias da educação, os conselhos estaduais, o conselho nacional.

O Brasil está consolidando uma política de avaliação do sistema educacional para orientar as políticas públicas. Nós incorporamos algumas emendas que, de alguma forma, dialogam, aprofundam a visão estratégica do sistema de avaliação. Incorporamos emendas de diversos Deputados, mas mantivemos a proposta do IDEB enviada pelo MEC, porque ela consta praticamente de todas as redes municipais de ensino. Essa a proposta das metas enviada pelo Governo Federal e



também pelos Estados, em todo o território nacional, já foi conveniado com os Municípios, com os Governos.

Creio que essas metas serão superadas antes do prazo. No entanto, para efeito da discussão, preferimos mantê-las a abrir um processo de discussão com todos os Estados e Municípios. É um processo de conveniamento. O Governo Federal não faz isso por decisão própria. Houve necessidade de acordo das redes municipais, porque o regime é federativo. Por isso, nós mantivemos a meta do IDEB.

Meta 8.

Combate à desigualdade. Este talvez tenha o maior alcance social, para que possamos diminuir as diferenças sociais. Essa meta é diretamente direcionada aos 25% mais pobres. Ela procura combater exatamente as desigualdades do povo do campo, do povo mais pobre, dos afrodescendentes, do ponto de vista da escolarização média no País.

Nessa meta os custos estão diluídos no sistema, porque todo o sistema suporta. Basta vontade política a fim de realizar essa média de 12 anos de escolaridade para toda a população como prioridade dos 25% mais pobres.

Meta 9. Deputado Ivan Valente, aqui começa a EJA. Nós estamos trabalhando com 14 milhões de analfabetos, proposta do MEC. O PL está mantendo. A proposta do MEC não dimensiona custos, por achar que eles estão no sistema. Nós estamos dimensionando custos, e o custo para nós é de 2 mil e 196 reais por aluno, que corresponde a um PIB de 00,8%. Estamos, portanto, dimensionando custos para educação de jovens e adultos que não constavam no projeto inicial. Não sei se os senhores perceberam, há várias mudanças aqui de custos que não constam no projeto original.

Analfabetismo Funcional. Situação atual: 14 milhões de analfabetos funcionais, sendo 900 mil matriculados. O MEC está propondo escolarizar 50% desse percentual, nós estamos propondo escolarizar 100%. O MEC não estipula custas na sua proposta. Estamos estipulando custos para essa proposta. Estamos apontando 2 mil e 196 reais de custo/aluno para a educação dos jovens e adultos.

Meta 10.

EJA — Profissionalização. Situação atual: 52 mil matriculados. A meta é chegar a 845 mil matriculados. Estamos mantendo a meta, arredondando para 850 mil, com custo/aluno é de 3 mil e 569 reais.

**Meta 11.**

Educação Profissional. Aqui também há mudança grande do ponto de vista de conceito e de metas. Situação atual: 1,1 milhão matriculados, sendo 600 mil públicos, incluindo rede federal, estadual e municipal, com gasto atual de 2 milhões. O projeto original do Governo prevê 2,3 milhões, isto é, dobrar o número de matrículas no ensino profissionalizante. Estamos propondo triplicar, ou seja, chegar em 2022 com 3,4 milhões de matriculados, sendo 1,7 milhão na rede pública.

Portanto, estamos propondo o aumento do número de profissionalizantes e do público neste percentual total.

Meta 12.

Ensino Superior — Acesso. Situação atual: 6,1 milhões de matriculados; 1,6 milhão na rede pública, somadas as estaduais, as municipais e as federais. O Governo está propondo alcançar 11 milhões de matriculados, sendo 3 milhões nas redes públicas, sendo 50% presencial e 50% a distância. Esta é a proposta original. A nossa proposta é aumentar mais um pouco, para 12 milhões de matriculados, sendo 4,1 milhões nas redes públicas, 70% na presencial e 30% a distância. Estamos mudando um pouco o conceito mandado originalmente pelo MEC, ou seja, 50%-50%, e isso tem um peso porque o custo da presencial é 15 mil e 500 reais e o custo da educação a distância é 3 mil e 100 reais. Logo, existe distância muito grande entre o ensino a distância e o ensino presencial. O projeto está trazendo uma mudança audaciosa. Existem 800 mil alunos na rede pública federal do Brasil, em 100 anos, e estamos propondo passar, em 10 anos, para mais 1 milhão. Não é pouco o esforço da Nação no ensino superior presencial público federal, uma vez que temos, em 100 anos, 800 mil alunos, e estamos propondo ter, em 10 anos, mais 1 milhão.

Meta 13.

Ensino Superior — Titulação Docente. Situação atual: 63% dos docentes do ensino superior titulados e 27% doutores. A proposta do MEC é a de que 75% dos docentes de ensino superior sejam titulados e que hajam 35% doutores, e nós estamos propondo a manutenção dessa meta. É uma meta sistêmica, que vê o sistema de ensino superior no Brasil como um todo, incluindo ao sistema de nível superior privado, público estadual, público municipal, comunitário, filantrópico e público federal.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O gasto está embutido no ensino superior?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Está embutido no ensino superior.

Meta 14.

Formação de Mestres e Doutores. Situação atual: 35 mil mestres e 11 mil doutores. O MEC está propondo passar para 65 mil mestres e 25 mil doutores e nós estamos propondo uma pequena mudança: 70 mil mestres e 35 mil doutores. O gasto é de 4,5 bilhões de reais, com PIB de 0,12% ao ano.

Meta 15.

Formação de Professores. Situação atual: 60% dos professores da educação básica têm curso superior na sua área de atuação. O MEC está propondo elevar esse percentual para 100% e nós também estamos propondo 100%. O gasto está incluído na formação.

Meta 16.

Formação de Professores, nível de pós-graduação. Situação atual: 25% dos professores da educação básica têm pós-graduação. O MEC está propondo 50% dos professores da educação básica com pós-graduação. Nós também estamos propondo isso, mas estamos alterando o custo, porque o MEC faz o cálculo de 1 ano para formação em pós-graduação, e nós estamos considerando um ano e meio, porque é o tempo mínimo para o curso de mestrado. Por isso, o nosso valor é maior do que o estipulado pelo MEC, de 780 milhões de reais, e nós estamos fixando em 1,7 bilhão de reais.

Meta 17.

Salário Docente. Esta é uma das principais metas e talvez, individualmente, a com maior peso no conjunto do plano. O salário dos professores da educação básica é 60% daquele recebido por um professor com equivalência de escolaridade.

O MEC está propondo salário docente médio entre 2 mil e 796 reais a 2 mil e 800 reais nos próximos 10 anos. Nós estamos mantendo a meta, mas com um valor a mais. Por quê? Porque estamos considerando o aumento do número de professores, uma vez que em 2016 teremos que universalizar a educação infantil e o sistema terá que contratar novos professores até 2020. Portanto, estamos estimando o número necessários de professores para a complementação do sistema, seja na creche, seja na educação infantil, em todo o território nacional.



Estamos trabalhando com um universo de 2,5 milhões de professores, o MEC trabalha com um universo de 1,9 milhão de professores, daí a discrepância de valores.

Meta 18.

Planos de Carreira. Situação atual: 50% dos docentes da educação básica não têm plano. O MEC está propondo que 100% dos professores de educação básica tenham plano de carreira, e estamos mantendo esta meta. Esta meta não tem custo específico. Entretanto, entendemos que tem custo específico sim, porque o MEC deveria realizar seminários; estimular os Municípios, as redes públicas municipais e as redes estaduais a estabelecer convênios com Estados e Municípios; organizar plano de formação de gestores e de elaboração de plano de cargos e salários.

Enfim, achamos que deveria haver dinheiro reservado para esse tipo de atividade em todo o território nacional, e resolvemos retirar e não consignar em face das discussões com a área das finanças a respeito do conjunto do índice.

(Intervenção ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não são só os professores, mas todos os profissionais.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Exatamente, é o que eu iria pontuar, porque na meta 17 V.Exa. está tratando dos profissionais do magistério da educação básica, em consonância com o FUNDEB, e na meta 18 V.Exa. trata como um todo os profissionais da educação básica, ou seja, estão incluídos os funcionários.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Os funcionários, os técnicos administrativos.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Meta 19. Gestão Democrática. O PL prevê a escolha de diretores escolares considerando o mérito e a participação da comunidade. Conservamos o princípio da escolha de diretores e da participação da comunidade, mudamos apenas a redação da meta e deixamos na estratégia 19.1 toda a redação, mas induzindo na meta a prioridade do estabelecimento de convênios, com todos os seus planos, para aqueles que se definirem com legislação própria a respeito da gestão democrática nas escolas. Entendemos a gestão



democrática não apenas como eleição de diretor ou existência de conselhos, mas também como conjunto de variantes que faz com que uma unidade escolar se baseie pela gestão democrática, desde a participação da comunidade até a designação de gestores, a eleição de diretores, enfim, com os critérios definidos pelas redes estaduais e municipais.

Meta 20.

Financiamento. Situação atual (quando começamos a estudar o plano): 4,94%, e hoje dizem que está perto de 5,1%. O MEC mandou com 7% e nós estamos propondo 8%. Este plano é o início de uma discussão. Nós temos ainda alguns dias, Sr. Presidente. Eu pretendo receber os Deputados todos os dias, até terça ou quarta-feira da semana que vem, bem como receber todas as entidades filantrópicas, comunitárias, do ensino particular, a ANDIFES, os reitores das universidades federais, filantrópicas e das confessionais, enfim, todos os setores.

Queremos, Srs. Deputados, à luz desse roteiro, tentar chegar a um entendimento e proceder à votação ainda neste ano, se assim a Comissão desejar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Parabênzo o Deputado Angelo Vanhoni — e, pelo o que ouvi das manifestações, creio que o faço em nome do conjunto da Comissão — pelo esforço, empenho e disposição de até a próxima terça-feira, como prazo regimental, elaborar o conjunto final de debates em torno desse tema.

Registro a presença de representantes da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras — FASUBRA.

O Deputado Rogério Marinho formalizou a questão de ordem relacionada ao veto ou não veto, em caso de alguma modificação feita no tema do percentual, em especial. Portanto, apresentamos o assunto para análise da consultoria, a fim de que ele possa ser trazido à próxima sessão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Desejo apenas informar aos Parlamentares que já demos entrada em um requerimento extrapauta com 13 assinaturas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O.k.

Há uma lista de Deputadas e Deputados inscritos. Quero passar a palavra, primeiramente, ao Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero cumprimentar o Deputado Angelo Vanhoni, que fez realmente um excelente trabalho. Eu já tinha tido outras conversas com ele e acompanhei a confecção desse relatório, que está muito bom.

Quero destacar muito rapidamente, até porque não sou de falar muito, a necessidade de insistirmos nos 10%. Eu sei que 8% foi a proposta a que o Deputado conseguiu chegar, para que fosse aceita pela equipe econômica. Mas, é preciso ficar demonstrado que o cálculo de 10%, feito principalmente pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e outras, é o mínimo necessário para termos qualidade na educação e para preservarmos essa meta.

Por isso, cumprimento o Deputado pelo excelente trabalho. A dificuldade foi clara para todos nós. Desejo que tenhamos sucesso nos 10%.

Eu fui um dos que assinaram o requerimento da presença da equipe financeira, para que seja possível fazer uma discussão desse índice conosco. Gostaria muito que esse requerimento fosse votado e aprovado, para podermos discutir com quem realmente decide sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Angelo, V.Exa. deseja algum comentário?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Deputado Dr. Ubiali, acho que a sociedade brasileira, nos últimos tempos, tem tido importante papel no processo de desenvolvimento da educação no País, e é a mobilização dos professores, dos estudantes e de todas as entidades a responsável pelo avanço desse processo.

Eu gostaria muito de poder trazer um relatório com os recursos de 10% citados por V.Exa.. Foram inúmeras as dificuldades. O Brasil tem feito esforço nos últimos anos para aumentar os investimentos na área da educação. E o Governo mandou uma proposta de 50% a mais do que já está sendo praticado. Nós estamos praticando hoje perto de cinco ponto alguma coisa. A proposta é de 7%. Eu acho que as condições para termos 10% do PIB para a educação ainda não estão dadas, mas V.Exa. deve ter acompanhado a discussão meta por meta e os valores



apensados a cada meta para melhorar a qualidade da educação no País. Se nós as realizarmos nos próximos 10 anos, a educação brasileira vai dar um salto tanto na qualidade quanto na capacidade de acolher quem está fora do sistema — universalização e inclusão. Só o fato de passarmos de 1 milhão de crianças no ensino fundamental para 11 milhões na educação integral, dobrando a jornada, terá impacto enorme na qualidade da educação.

A Deputada Professora Dorinha, que é do Estado de Tocantins, disse-me que na sua cidade, Palmas, 100% da pré-escola e do ensino fundamental são feitos em regime integral, jornada dupla — não se trata do Mais Educação, mas de jornada dupla. Lá são pagos os valores de jornada dupla. Ou seja, na cidade da Deputada Professora Dorinha adota-se um modelo de educação que deve servir de espelho para as outras escolas do Brasil.

Se estamos com 1 milhão e se chegarmos, daqui a 10 anos, a 11, quase 12 milhões nessa condição, a qualidade da educação no Brasil dará um grande salto. Não tenho dúvidas disso.

Como V.Exa. sabe, a formação nessa fase da vida determina as condições de aprendizagem dos jovens para o futuro. As pesquisas mostram que a diferença entre uma criança que está na creche, está na escola infantil, e outra que não está na escola infantil e entra para o processo de alfabetização aos seis anos é muito grande. Aquela que frequentou a creche, a pré-escola, tem muito mais condições de se alfabetizar, de concluir o ensino fundamental e depois de concluir o ensino médio.

Por isso, a nossa proposta é a de universalizar a educação e aumentar sua qualidade. Nesse sentido, a discussão dos 10% do PIB é muito importante — os movimentos sociais estão envolvidos —, e é uma meta que podemos buscar, mas é também importante sabermos como estão desdobrados os 8% e o que a educação vai atingir com esse percentual. É viável? É audacioso? Combina o desafio um pouco com o olhar do mundo real, com a administração?

Todos aqui são gestores de educação. O Deputado Rogério Marinho sabe como tem de gerir uma escola, sabe como é gerir um sistema educacional. Grande parte aqui tem experiência do ponto de vista não só de professor, mas também de gestor, então conhece as dificuldades e sabe os passos a serem dados para consolidar as mudanças.



A meu ver, 8% podem não atender 100% das nossas necessidades, mas tenho certeza que vai ser grande avanço para a educação, sobretudo no que diz respeito à qualidade, uma vez que adotaremos o padrão do CAQI, se esse projeto for aprovado, do qual o Governo Federal não poderá mais fugir. O Ministério da Educação terá de elencar os indicadores que vão compor o custo/qualidade/aluno e não apenas na projeção média do que é praticado pelo FUNDEB, assim vamos dar um salto de qualidade no financiamento da educação.

Então, se eu não posso atender a sua reivindicação hoje, eu estou criando condições no projeto que estamos aprovando para consolidar o financiamento que queremos para a educação no nosso País. A proposta do CAQI é o CAQI inicial e depois avançarmos para o CAQUI do custo/aluno/qualidade, que todos nós queremos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Registro a presença de Maria Benedita de Castro de Andrade, Vice-Presidente do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo — SINESP.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, em especial nosso Relator Vanhoni, sem querer chover no molhado, mas já o fazendo, quero começar falando da admiração que toda a Comissão tem pelo trabalho que V.Exa. produziu. A própria apresentação que V.Exa. fez e as discussões que a antecederam mostram o cuidado que teve na confecção desse relatório.

E eu falo de cuidado não como timidez nem tibieza, mas como alguém que se preocupou em mostrar a veracidade das suas afirmações, em pesquisar, em ouvir as pessoas, ouvir as entidades. Teve a sensibilidade, inclusive, de resistir a uma pressão enorme da área econômica do Governo, como é de praxe numa ocasião como essa em qualquer governo. E aqui não vai nenhuma crítica partidária porque a área econômica sempre se digladiava com área social ao elencar suas prioridades. É comum que isso aconteça dessa forma. E V.Exa. tem se comportado, acredito, de forma excepcional. Quero deixar aqui registrado novamente, antes de fazer o meu comentário, a nossa justiça em relação ao trabalho que V.Exa. faz.

Agora, em relação ao trabalho especificamente, eu acho, Relator, que estamos tendo uma oportunidade que só vai se repetir daqui a 10 anos. Eu não



preciso buscar exemplos em outros lugares para mostrar, como V.Exa. muito bem sabe, que os países que conseguiram dar o salto de desenvolvimento, de distribuição de renda e de oportunidades o fizeram na hora em que centralizaram a sua política na educação.

É claro que temos um passivo histórico. Eu tenho escutado alguns companheiros, até nesta Comissão, falarem à imprensa que em 2002, último ano do Governo que antecedeu o Governo do PT, o PIB investido em educação era de 3,5% e evoluiu para 5%. Eu tenho aqui dados da Secretaria do Tesouro Nacional e do próprio Ministério da Fazenda que mostram que não é bem essa a situação que ocorreu.

Em 2002, tínhamos 5,2% do PIB investido em educação, último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, e houve uma barriga, desceu gradativamente. O País cresceu economicamente e o percentual de investimento do PIB decresceu, baixou para 4,6%, 4,7%, 5,0%, 5,1%.

Em 2008, com o advento do FUNDEB, quando se aumentou o financiamento para outras modalidades de ensino, em especial o ensino médio, a pré-escola e o EJA, começamos uma retomada progressiva desse percentual e, de acordo com o Tesouro Nacional, com os índices que eles encontraram, dá 5,6%. Então, nós estamos entre 5,2% para 5,6%. Não é nada de extraordinário, mas é um avanço que deve ser comemorado.

E agora o Governo, na hora em que manda esse projeto para esta Casa, estipula 7% de forma gradativa, ao longo de 10 anos, para que as metas que foram elencadas possam ser atingidas.

E eu quero fazer um exercício com V.Exa., que é o Relator e, certamente, teve toda a responsabilidade de se debruçar sobre o assunto. Nós vivemos também, como V.Exa. muito bem sublinhou, uma espécie de nicho demográfico, uma espécie de oportunidade em que o País começa a ter uma taxa de natalidade decrescente e o número de jovens que vão ingressar em todos os níveis educacionais vai se estabilizar, e até decair nos próximos anos.

Este é o momento perfeito para conseguirmos encontrar essa equação que vai nos permitir ter a qualidade da educação, que certamente se dará pelo aumento da quantidade de recursos, mas também pela qualidade do gasto desse recurso. Ou seja, não adianta só colocar mais recurso na educação se ele não for



convenientemente aplicado. Aliás, os exemplos se multiplicam pelo País todo, de superfaturamento, de distorção, de desvio de recursos públicos. E aí, Sr. Relator, V.Exa., com muita ousadia, propõe 8%.

Eu imagino a pressão que V.Exa. teve, mas certamente encontrarmos uma equação que nos permita, ao longo de 10 anos, não apenas o Governo Federal, porque essa responsabilidade é dividida com três entes federados, chegar aos 10% é um desafio que se apresenta a todos nós, e temos aí cinco sessões.

Qualquer Deputado ou Deputada que porventura fizer emendas aditivas, supressivas ao relatório de V.Exa., no sentido de alterar esse percentual, certamente terá o cuidado que V.Exa. teve para encontrar as alternativas que vão permitir que essa emenda possa ser aceita inclusive pela área econômica do Governo.

E, aí, eu quero perguntar a V.Exa. se a responsabilidade dos entes federados está contemplada, nesse aumento do Produto Interno Bruto, na aplicação dos recursos da educação?

Eu digo isso, Sr. Relator, porque hoje, em 2010 — não falo 2011 —, dados da Secretaria do Tesouro Nacional mostram que desses 5,2% que são investidos em educação no País, apenas 1,4% é de responsabilidade da União, que arrecada 70%. Ou seja, é inversamente proporcional à responsabilidade dos entes federados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu peço um pouquinho de silêncio porque a questão que V.Exa. apresenta é central.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Então, a primeira pergunta que faço ao Sr. Relator é se dentro do plano de V.Exa. há alguma gradação nesse sentido e se houve alguma preocupação em dizer qual a responsabilidade dos entes federados no aumento desse percentual de 8% a 10%? Sabemos que há desproporção em termos de arrecadação e de investimento não apenas entre os entes federados, mas entre os Estados e os Municípios, e a União existe justamente para que o pacto federativo seja adequado a todos que nele estão contidos.

A segunda questão que formulo a V.Exa., também com a preocupação de que tenhamos um bom relatório, é que há uma discussão nesta Casa, de toda esta Comissão, no sentido de melhorarmos a remuneração dos professores, que são a espinha dorsal da educação no País, e a Lei do Piso, neste momento, encontra sérias dificuldade para a sua aplicação.



Este ano, para a aplicação da Lei do Piso, parece-me que em 14 ou 15 Estados os professores entraram em estado de greve — sem levar em consideração os Municípios, que foram milhares — porque esses Estados não tiveram condição de cumprir com a sua obrigação legal, ou seja, pagar o piso.

E agora, em janeiro — não é isso Deputada Fátima? — vai haver reajuste que vai variar de 21% a 22%, ou de 6%. Vamos supor que sejam os 22%, que é o que todos nós desejamos, V.Exa. deve imaginar então que se 14 Estados entrarem em greve, talvez chegue a 20, o prejuízo enorme para os estudantes. Não estou levando em consideração nem a posição do Estado, mas a dos estudantes, que vão perder o ano letivo. Então, de alguma maneira o nosso Plano está considerando isso?.

Quando a Lei do Piso foi aprovada nesta Casa, nesta Comissão — e V.Exa. estava presente —, nós fizemos uma emenda, que estava contida na lei, que estabelecia que o Governo Federal daria suporte financeiro e técnico aos Municípios e aos Estados que tivessem dificuldade de cumprir o piso. E o que aconteceu é que o Ministério da Educação, depois, fez uma portaria dizendo que só poderia ajudar Estados e Municípios que estivessem dentro do FUNDEB, que tivessem mais de 30% de aplicação em educação, ou que tivessem mais de 50% dos estudantes na área rural. Ou seja, fez uma portaria para não cumprir o que estava disposto no artigo que foi inserido na Lei do Piso.

Eu digo isso para V.Exa. com muita preocupação porque uma coisa é o ideal, que todos nós desejamos, outra é o possível em cima da realidade econômica de cada Estado e de cada Município.

Eu gostaria que a nossa lei, que o nosso plano fosse exequível, que ele fosse um plano que não fosse apenas uma amontoado de metas e de intenções, mas que realmente pudesse ser colocado em prática. Por isso as preocupações que apresento inicialmente.

E o terceiro é uma discussão que nós vamos fazer mais adiante, mas só para V.Exa. pensar a respeito, é a figura — isso aqui certamente vai dar muito pano para manga e muita discussão — do Fórum Nacional da Educação. No plano está sendo colocado no mesmo patamar das Comissões de Educação das duas Casas do Congresso Nacional.

O art. 5º do Plano estabelece: “a execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas



realizadas pelas seguintes instâncias: I – INEP. II - Comissão de Educação das duas Casas do Congresso Nacional. III - Fórum Nacional de Educação, FNE.

Na minha opinião, Sr. Relator, e certamente vamos discutir *a posteriori* a esse respeito, só uma pincelada a propósito do tema, acredito que há superposição de competências. Acho, inclusive, que o Legislativo, nesse aspecto, está se ombreando com o fórum e com o INEP, que é um órgão auxiliar do Ministério da Educação.

Imagine V.Exa., evidentemente só como uma figura de linguagem, se esta Comissão estivesse no mesmo diapasão da nossa assessoria legislativa, com toda a competência que ela tem, sem nenhum demérito, mas sem, certamente, a representatividade que foi dada à Comissão pela votação livre e soberana dos brasileiros e brasileiras, de acordo com a nossa Constituição?

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Lelo Coimbra) - Concedo a palavra ao Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Deputado Rogério Marinho, essa foi uma preocupação nossa. Quando pensamos nos 10%, 8%, 9%, o percentual sobre o PIB, nós até começamos uma discussão questionando de onde viria o dinheiro para pagar. Fizemos até uma discussão sobre as fontes e constituímos uma comissão. O Deputado Paulo Rubem Santiago centralizaria a discussão sobre como constituir fontes de financiamento de 10% para a educação.

Além da fonte de financiamento, até aquele momento estávamos prisioneiros dessa discussão, com quanto os Estados vão arcar, com quanto os Municípios vão arcar e com quanto a União vai arcar de cada percentual desse? E a orientação que prevaleceu na equipe, que ajudou a subsidiar o relatório e a fazer esse relatório, foi de que nessa discussão não deveríamos entrar.

Se entrássemos na discussão sobre o percentual de investimento dos Estados e Municípios — e muitos Deputados apresentaram emendas para aumentar o percentual de investimento dos Municípios, outros apresentaram para os Estados, muitos apresentaram emendas para aumentar o percentual que a União tem a respeito da educação no País — esbarraríamos numa reforma tributária. Quer dizer, o Plano Nacional de Educação deixaria de ser o principal debate e iríamos ter de jogar essa discussão para uma reforma tributária. Iríamos entrar numa discussão que no meu, e no nosso entendimento, foi o entendimento que prevaleceu, não seria



própria. Teria de ser em um outro momento, num outro fórum, numa outra discussão a decisão se os Municípios ou a União deve entrar com um percentual a mais.

E nós fugimos dessa discussão, mesmo porque o plano que veio para a Casa não a traz. Então, estrategicamente, para garantirmos as principais diretrizes, as metas e o percentual que a Constituição define, procuramos não entrar nessa discussão.

Agora V.Exa. me pergunta qual é a realidade? Estou falando aqui na condição de Deputado, não na de Relator que tinha a responsabilidade de apontar essa ou aquela meta. Mas os Municípios já contribuem com 30%? Já contribuem com 30%, mais que os 25%. E os Estados? Há Estados que contribuem com mais de 25%?. O meu Estado contribui com 30%. Às vezes, 31%. A União tem aumentado os seus gastos nos últimos anos? Tem aumentado os seus gastos nos últimos anos. Esse plano, com as metas que estão elencadas, vai significar aumento de investimento, no meu entendimento, da União? Eu acho que vai significar aumento de investimento da União.

V.Exa. traz diretamente à discussão um exemplo disso ao citar o Piso, que é uma lei nossa, e é importante estabelecer como padrão de vencimento em âmbito nível nacional, porque nós queremos uma educação nacional, não queremos uma educação apenas num Município ou num Estado, queremos uma educação nacional. É isso que o preceito constitucional nos determina.

E ao votarmos o Piso criamos, entre aspas, esse bom problema, que são os Estados terem de se adequar ao Piso. Sabemos o que está acontecendo em cada Estado. Tranquilamente tenho a convicção de que, aprovado esse plano, seja neste ano ou no ano que vem, a lei do FUNDEB terá de ser mexida, na minha opinião. Eu não vejo outro mecanismo que possa buscar o cumprimento da Constituição e da LDB, que determinam que os Estados e a União socorram técnica e financeiramente e possam ajustar para que esse padrão nacional mínimo de educação esteja estabelecido em todo território nacional.

Então, quando adotamos o CAQI como estrutura de financiamento, quando definimos o percentual do PIB, quando definimos um piso nacional e quando delimitamos claramente quais as metas que queremos atingir de inclusão e de qualidade, nós estamos na realidade delegando uma responsabilidade financeira para Estados e Municípios, porque se fizermos uma projeção de crescimento do PIB



de 3%, V.Exa. vai poder constatar que os investimentos dos Estados e dos Municípios, na projeção que fizemos, mesmo atingindo a 8%, a União terá um acréscimo maior desse percentual de 5 e os Estados e Municípios vão ter um acréscimo chegando a esse número, o teto de 8. Mas essa é uma projeção que fizemos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Só em relação a essa primeira solicitação, V.Exa. concorda que na hora em que não definimos competência podemos incorrer no mesmo problema que aconteceu com o piso? Quer dizer, quem é obrigado a aumentar esse percentual? Existe a lei mandando levantar para 8% ou 10%. E aí? Quais são os entes federados que...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Os Estados, os Municípios e a União. Esse é o conjunto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - De que forma?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É o conjunto da obra. De que forma nós dissemos aqui, no Plano de Metas. É o Plano de Metas que define isso. Não podemos responsabilizar Municípios agora porque iríamos entrar em outro debate constitucional se tivéssemos de dizer o seguinte: os Municípios ficam responsáveis por 25% do Plano. Se afirmarmos isso, vamos entrar num problema de constitucionalidade. Não é aprovado o Plano. Vamos remeter para uma outra discussão.

Mas, por último, a questão do foro. Acho que V.Exa. está com a versão antiga da redação. Tem uma redação nova. E essa redação nova garante a legitimidade do foro, institui o Ministério da Educação — não é mais o MEC —, o Conselho Nacional de Educação, a Comissão da Câmara e a Comissão do Senado, para procederem a avaliação. As atribuições do foro já estão definidas por um ato do Ministério. Nós não mexemos nessa definição, apenas incorporamos e reconhecemos a entidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Apenas um breve comentário: imagine se a proposta fosse de 10% e tivéssemos de debater com os Municípios e com os Estados a implantação de 10% do PIB; chamar os Prefeitos e os Governadores para implantar 10%, dizendo-lhes que têm de ser responsáveis cada um por 3,5%? Aí que não iríamos aprovar nenhum plano.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Quem tem de ser responsável é a União, que arrecada mais. Quem tem de suportar tudo isso agora é a União. Estados e Municípios já esgotaram.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - A Prefeitura de Uberlândia, tenho certeza de que tem condições de obedecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Queria dizer a todos os presentes que uma reunião longa é sempre cansativa, se é para quem está aí, imaginem para quem está do lado de cá.

Peço, então, que para melhor audição e melhor compreensão sobre o que está sendo perguntado e respondido, que as pessoas fizessem o silêncio necessário ou um sussurro bem junto do ouvido de quem está ao lado. De preferência a primeira opção. Temos ainda 11 inscritos e precisamos correr com o tempo.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni, primeiro, quero cumprimentar o Deputado Vanhoni pelo extensivo trabalho que teve e pela tentativa que fez de se chegar a um índice de financiamento mais efetivo nas respostas à educação nacional.

Vanhoni, acho que hoje não é o dia para esgotarmos o debate aqui, não é? Foi feita a leitura. Estou entendendo que não é o dia que vamos esgotar o debate porque vamos apresentar as emendas ainda, na tentativa de nelas reverter questões com as quais não concordamos. A tentativa é ainda de sensibilizar V.Exa. para uma melhora do plano nacional.

Deputado Angelo Vanhoni, eu quero começar dizendo que nós entendemos que quem participou da discussão do PNE de 1998 a 2001, quando foi votado nesta Casa, sabe como as coisas funcionam. Quando apresentamos a proposta original, à qual foi apensada a proposta do Governo, que era a proposta da sociedade civil em 1998, o Deputado Marchezan foi o Relator posteriormente e apresentou uma proposta, Deputado Lelo, que foi votada no final. Claro, nós defendíamos 10% do PIB lá atrás, com diagnóstico, metas, planos e financiamento. Isso foi em 1998, o primeiro Plano Nacional de Educação foi fechado nas Conferências Nacionais de Educação.

Quando foi vetado foi uma surpresa, porque ela foi acordada entre todos os partidos. A votação final foi unânime no plenário. E houve o veto do Presidente



Fernando Henrique Cardoso. Eram 7% do PIB, o que já era avanço, porque o gasto era 3,7%, 4%. Já era um avanço para os 10 anos, mas foi vetado, e nós passamos 7 anos tentando derrubar o veto.

Então, quero chamar atenção de duas coisas preliminares, Deputado Lelo, inclusive em relação à questão de ordem levantada pelo Deputado Rogério Marinho. Na verdade, a derrubada do veto não veio no Governo Lula. A indicação que veio foi para não derrubar veto. Na época da campanha eleitoral, a Presidente Dilma defendeu 7%, que agora está na proposta governamental e que era exatamente o que tinha sido aprovado 10 anos antes.

Há uma questão: o veto poderia ter sido derrotado pelo Governo Lula. Eles alegaram, na época — eles tinham de arrumar uma desculpa na campanha eleitoral —, que não poderia ser uma porcentagem do PIB, e agora é constitucional. Mas foi vetado. Então, a questão do veto continua na Ordem do Dia, só que de outra forma, não da porcentagem do PIB, mas da escolha que o Governo faz do índice do PIB e da compatibilidade financeira.

Então, eu receio que mesmo V.Exa. tendo discutido e ajudado a pressionar para que se aumentasse esse índice, chegou a essa sua posição, de 8%, nós não temos garantias de que será 8%. Por isso, temos de aprovar o requerimento de convocação do Ministro Mantega aqui. O compromisso foi feito por V.Exa., mas não foi feito com a Comissão, nem público.

Então, esta é primeira questão que eu quero formular: que aprovássemos a vinda dos Ministros para que tivéssemos essa explicação sobre a resistência que houve para se chegar aos 10% do PIB. Que isso fosse feito antes da nossa votação, é óbvio, porque depois não tem mais importância.

Eu acho que isso reforça a posição de V.Exa. Eu acho que o movimento social apoia isso. Certo? Estão aqui as entidades educacionais e estudantis. Eu acho que deveríamos aprová-la e, até a semana que vem, ter a presença aqui dos Ministros.

A segunda questão, Presidente, é que me restaram algumas dúvidas no documento. Eu quero começar pela primeira. Depois, V.Exa. pode se manifestar. Está aqui, na Meta 20, que é a principal, é a que define o plano na prática: *“Ampliar o investimento público total em educação, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 8% do PIB, no final do decênio.*



Nós sabemos que do projeto original não consta a palavra “total”. O projeto original, na meta, diz: “...e a *tradição dos planos educacionais*”, e estamos tratando de investimento público em educação — ponto. Não há a palavra “total”.

E eu quero esclarecer o que é isso, porque eu entendo que transferência de recurso público para o setor privado não é investimento público em educação. Estou entendendo que a meta que o Governo quer atingir é relativa ao setor público; ampliação da educação básica e qualidade do ensino superior estão dentro da ideia do setor público. Se aqui está embutido dinheiro para o SENAI, para o ProUni, para as entidades particulares, acho que está incorreto. Temos que discutir esse conceito.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É exatamente isso, Sr. Deputado. Trata-se da incorporação das bolsas nos custos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então aí nós já temos uma divergência. E digo mais: aí os 8% já não são mais 8%; é menos de 8%.

Por isso a discussão é complexa, porque nós só vamos esmiuçá-la de verdade... Ouvimos tantos especialistas, tivemos excelentes contribuições, mas a hora “h” é a do relatório final, palavra por palavra.

Por isso não quero votar esse projeto de afogadilho, porque aqui, a começar por essa questão, temos divergências, e não são poucas. Acho que a sociedade tem o direito de tomar conhecimento.

Outra questão que eu queria esclarecer é como as ponderações entram. O FUNDEB tinha uma série de ponderações por modalidade e nível de ensino. E me parece que a meta de V.Exa. trata mais do ensino fundamental. As ponderações são feitas depois, fora da questão do FUNDEB. Eu ainda não li o texto todo, porque eu só o recebi ontem, às 21 horas. Ainda não tive tempo de pegar todos os argumentos importantes para essa questão.

Quero dar um terceiro exemplo de que os 8% podem até não ser 8%. Agora mesmo a Deputada Fátima Bezerra, minha amiga particular, lutadora pelo piso salarial nacional dos professores, está recolhendo assinaturas — e eu assinei também — para um recurso da interpretação do piso na Comissão de Finanças e Tributação. Vamos ter que mexer na meta em que se propõe isso, porque o que estava previsto para o piso dos professores, ano que vem, talvez fosse um reajuste de 22%, e agora caiu para 6,5%. Ora, se isso aqui caiu, então diminuiu o gasto com



a valorização do magistério que estava aqui contido. Veem como a coisa é complicada? E isso pescando aqui e ali.

Nós deveríamos passar um pente fino, Deputado Lelo, para verificar essas questões.

Por exemplo, concordo integralmente com o Deputado Vanhoni. O Governo queria colocar uma meta de expansão do ensino superior para os nossos companheiros e companheiras da UNE e da UBES. Ela era de 50% para a expansão do ensino presencial e de 50% para a expansão do ensino a distância. V.Exa. traduziu para 70% e 30% a proporção. Na minha opinião, deveria ser 90% e 10%. Desculpem-me, mas ensino a distância é quebra-galho, é condição especial.

O debate sobre ensino presencial é um superdebate na educação. A presença do professor, o principal agente da educação, implica contratações, o que implica formação. Por isso o MEC tem receio desse debate. Se se optar pela expansão da educação a distância, o custo apresentado pelo Deputado Vanhoni dá não sei quantos por cento de diferença em relação à expansão da educação presencial. Ele citou a porcentagem, creio que foi algo como, para cada 1.300 ou 2.300 reais na expansão da educação a distância, 15.500 reais na expansão da educação presencial. Ou seja, esta custa 5 vezes aquela. É uma diferença enorme.

Peguem o déficit educacional brasileiro, público e privado... São apenas exemplos, não estou fazendo uma análise global do Plano. A meta de expansão de 40% de públicas era um grande debate em 2001. A realidade atual é de 26% de públicas no Brasil, e isso somando as estaduais e municipais de todas as Regiões do País. No meu Estado, não há 10% de públicas. O Governo manteve 26%, o Vanhoni elevou para 40%, a meta anterior.

Agora, pense nisso também, Vanhoni, na ligação com o ensino a distância, e vamos discutir custo e também qualidade. Peguemos a qualidade da educação pública presencial no País e comparemo-na com a privada, ou então com a educação a distância, e façamos a equiparação política.

No debate da semana que vem vou abordar a situação das creches, se estão ou não mantidas as creches conveniadas, uma discussão importante, para onde se expande a educação fundamental, o próprio ensino médio. Ainda vamos discutir tudo isso.



Mas eu quero dizer a vocês o seguinte: para mim, mesmo a proposta do Deputado Angelo Vanhoni de subir até um ponto não é verdadeira. Pode haver veto. Está embutida aí uma série de questões e armadilhas. Dinheiro público é dinheiro público. Não podemos contar a transferência de dinheiro público para o setor privado como pública. Desculpem-me, mas isso não significa gasto com educação.

Mas alguém perguntaria: *“Então nós teríamos que discutir?”* Essa questão, Vanhoni, fica difícil. Peguei o seu mapa e fiz o resumo. Creche: aumento do PIB de 0,12 para 0,39, por exemplo. Cada um e tal. Agora, é um debate difícil. Tem que haver equilíbrio.

Hoje a União, dos chamados 5% — que eu acho ser menos, mas vamos deixar assim... É 0,98. Ao final da sua proposta e também da proposta do Governo, com quanto entra a União? Esse dado eu não tenho, na soma. Depois eu queria que V.Exa. fizesse referência a isso. A União vai para 1,5, vai para 2? E o Estado ou o Município? Essa é a questão.

V.Exa., respondendo ao Marinho, disse que havia o problema da reforma tributária, mas não é só isso. Sabemos a situação dos Municípios em geral, tirando alguns que têm Super Receitas. No geral, 80% vivem do FPM. Esse dado é conhecido. Então, de quanto é o esforço da União?

Eu concordo com o Marinho quanto a isso: o esforço maior, num PNE desse, é o da União, que concentra 65% da arrecadação federal. Aí está o esforço maior. Então, não sei de quanto foi esse salto, mas poderia ter sido maior.

Não é maior, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque sem debate político-ideológico-programático do modelo econômico... Agora mesmo aprovamos a DRU na Câmara — a matéria foi para o Senado. Vinte por cento estão reservados para gastos quaisquer da União. A única pequena vitória que obtivemos no último período foi que no prazo de 3 anos conseguimos tirar a DRU da educação. Perdemos 3,6% do obrigatório do art. 212 da Constituição durante anos e anos, desde o Fundo Social de Emergência, do Fundo de Estabilização Fiscal e da DRU. Isso significa que perdemos na educação mais ou menos 180 ou 200 bilhões — não é isso, Deputado Paulo Rubem? E isso continua; a DRU está ali, por causa da lógica que diz que é preciso dinheiro na prateleira para pagar juros e amortizações, se vier uma crise internacional e tal.



O Deputado Ubiali, que é médico e não economista, como ele disse, demoliu na semana passada o argumento da crise econômica externa europeia e americana sobre a percentagem no PIB. Ele dizia que, se há uma crise e se cai a atividade econômica, cai também o PIB. É proporcional. O Deputado Ubiali é médico, mas vamos dar a ele o Prêmio Nobel pela descoberta da pólvora — pólvora que só o Governo, apesar de seus milhares de técnicos, não descobre. A quem eles querem enganar? Não vão enganar ninguém. Se houver vontade política, quando se manda um plano para cá — e nós mandamos um há 1 ano, em 17 de dezembro...

Os estudantes estão aqui, bem como os profissionais de educação em geral. Não se pode continuar gastando 48% do Orçamento com juros, amortizações e rolagem da dívida. Assim não haverá dinheiro para a educação, nem para a Emenda 29, nem para o transporte coletivo de massa. Não quero nem insistir nisso. Com algumas questões mais fáceis e com apoio público imediato, talvez o mercado ficasse um pouquinho menos nervoso. Vamos dar um Rivotril para o mercado e votar só a taxação das grandes fortunas ou a taxação da circulação do capital. Há maneiras, só que a lógica aqui tem sido a de fazer mais superávit primário e não menos.

Todos nós, educadores e Deputados da Comissão, todos comprometidos com a educação independente de partido, defendemos 10% do PIB, no mínimo, mas não chegamos ao assunto principal. Talvez essa seja a razão de o Ministro Guido Mantega não querer explicar isso aqui. Ele teria que explicitar a prioridade para os recursos — prioridade que é para o capital financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ivan Valente, o tempo não é limitado, mas também não é ilimitado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Finalmente, quero dizer que o Deputado Vanhoni aborda questões como custo aluno/qualidade inicial rumo ao custo aluno/qualidade definitivo, quer triplicar em vez de duplicar a educação. São todas metas muito louváveis que terão certamente nosso apoio.

Mas na tramitação há um debate. Existem emendas a serem apresentadas. Eu só não quero cair na formalidade. Eu apresentei quase 300 emendas. Se for só apresentar emenda, o Vanhoni não acatar e nós votarmos, isso será pura formalidade. Quero um tempo para discutir a questão. Não quero votar de afogadilho.



Ao público aqui presente, quero dizer que essa resolução vai para o Senado de qualquer jeito, mesmo sendo terminativa. Pode não ser terminativa. Cinquenta e uma assinaturas levam para o plenário da Câmara. Que a gente não faça a discussão e a votação na semana do Natal, ou seja, na semana da desmobilização da sociedade e da própria Comissão. Isso eu acho inadmissível. Votar agora ou na primeira semana dará no mesmo, porque de todo modo a tramitação no Senado vai demorar, pois haverá outro Relator. Não tem jeito.

Agora, eu quero aumentar o PIB. Eu farei o possível: pressão social e convencimento do nosso Relator. Se eu não convencer o Mantega, quero convencer o Vanhoni — o que será muito bom para sua reputação: os votos que terá no Paraná serão fantásticos; vai disparar nas urnas.

Quero também que se entenda a questão da tramitação e que cheguemos a um acordo.

Por fim, reafirmo a necessidade da presença dos Ministros na Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Quantos inscritos há?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Há dez inscritos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - E sabemos que há requerimento extrapauta sobre a mesa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O requerimento está prejudicado no momento, porque estamos na Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Gostaria de sugerir à Presidência que fizéssemos as perguntas em bloco, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Se o Relator e todos concordarem... *(Pausa.)*

Muito bem, vamos agrupar os inscritos em blocos: dois blocos de três e um bloco de quatro.

O Deputado Ivan foi o primeiro, a Deputada Fátima Bezerra será a segunda.

Aceitarei inscrições enquanto a Deputada Fátima estiver fazendo uso da palavra. Em seguida, encerrarei as inscrições, com a concordância de todos e a autoridade de Presidente.



Tem a palavra a Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, primeiro, quero mais uma vez parabenizar o Deputado Vanhoni e me associar às manifestações de louvor a seu empenho e dedicação, com a participação de todos nós. Tive a alegria também de acompanhá-lo em algumas audiências, e fui a outros Estados aonde ele também não pôde ir. Mas o fato é que temos aqui um bom relatório. Sem dúvida nenhuma, um relatório que vem na direção de melhorar a educação no País.

Deputado Vanhoni, quero ressaltar alguns artigos do relatório que considero muito importantes. Por exemplo, o art. 5º, que diz que a execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e avaliações periódicas realizadas pelas seguintes instâncias: MEC, Comissões de Educação e Conselho Nacional, e descreve a competência de cada uma dessas instâncias.

Destaco também o art. 6º, segundo o qual a União deverá promover a realização de pelo menos duas conferências coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído no âmbito do Ministério da Educação. Seu § 1º define que o Fórum Nacional da Educação terá, dentre outras, as atribuições de fiscalizar a execução do PNE e o cumprimento de suas metas e de promover a articulação das conferências nacionais com as conferências regionais, estaduais e municipais.

Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela iniciativa de acolher as emendas apresentadas pelas entidades no sentido de que já fosse incorporada a figura do Fórum Nacional de Educação em seu relatório. Isso significa, Deputado Lelo, que o Governo não precisa enviar a esta Casa um projeto de lei instituindo o Fórum Nacional de Educação.

Quero também deixar claro que não vejo absolutamente nenhuma superposição entre as atribuições do Fórum Nacional de Educação, das Comissões de Educação do Legislativo, do Conselho Nacional de Educação e do próprio MEC. Na verdade, consignar o Fórum Nacional de Educação é institucionalizá-lo, é torná-lo política de Estado, é avançarmos no ponto de vista de valorizar os princípios da democracia direta.

O Fórum Nacional de Educação é uma instituição muito importante não apenas porque lá têm assento o Poder Executivo e o Poder Legislativo, mas também porque lá tem voz a sociedade civil, dos representantes dos trabalhadores aos representantes do setor empresarial. Eu diria tratar-se, sem dúvida, de uma das



instituições mais qualificadas e mais vivas, portanto, capaz de dar contribuições as mais interessantes.

É fato que ao longo desses 9 anos temos avançado no campo da participação da sociedade, tanto que nesse período realizamos várias conferências, aí incluídas algumas no campo da educação.

Em 2010, realizamos em Brasília uma das maiores conferências da história da educação do País, a Conferência Nacional de Educação, que serviu de fonte para este relatório. Embora nem tudo o que foi aprovado na Conferência conste do relatório — por exemplo, os 10% do PIB —, seguramente a maioria das propostas que saíram da CONAE, que foi a expressão do que a sociedade pensa acerca da política educacional brasileira, está no relatório que V.Exa. hoje apresenta.

Na verdade, Deputado Lelo Coimbra, ao trazer o Fórum Nacional de Educação para cá, nós estamos agora dizendo que, independentemente de governo, o País vai realizar suas conferências de 2 em 2 anos, as quais precederão as conferências municipais e estaduais. Independente de qual seja o governo, essa instituição vai estar funcionando, e a sociedade civil vai estar lá representada, tendo o direito de opinar, de apresentar suas sugestões e de lutar pela aprovação de suas ideias e propostas.

Então, Deputado Angelo Vanhoni, perfeito: do mesmo modo que estamos homenageando o Conselho Nacional de Educação, instituição superimportante, estamos reconhecendo o papel do MEC — assim como reconhecendo o papel do Legislativo, porque nós não podemos abrir mão da prerrogativa que nós temos. Parabéns por ter trazido o Fórum Nacional de Educação para o projeto do PNE.

Por fim, Sr. Presidente Lelo Coimbra, tendo conversado hoje com os movimentos sociais e com a CNTE, quero destacar a Meta 17.

A Consultoria trabalhou muito bem com o Deputado Vanhoni a Meta 17, que trata da valorização dos profissionais do magistério público da educação básica, ou seja, de todos os profissionais, exceto dos funcionários de escola. Então, estão contemplados todos os supervisores e orientadores educacionais, todos os administradores escolares, enfim, todos os profissionais que atuam no campo da educação estão contemplados — não é isso, Ricardo?

E quanto aos funcionários de escolas? Há alguma perspectiva para eles? Há. O Relator foi sensível e, na Meta 18, previu o seguinte: *“Assegurar, no prazo de 2*



anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica...”

Como se vê, aqui o conceito já foi alargado: não se trata mais apenas dos profissionais do magistério, mas da educação básica como um todo, aí incluídos os funcionários e os técnicos administrativos. A meta prevê, no prazo de 2 anos, que Estados e Municípios terão planos de carreira com referência no Piso Salarial Profissional Nacional, definido em lei federal, nos termos do art. 206 da Constituição Federal.

A propósito, Deputado Angelo Vanhoni, havia uma emenda que apresentamos e que tratava da ampliação da complementação financeira da União. V.Exa. a retirou? Eu a tinha lido no outro relatório...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Bem, então essa não ficou... Enfim, de todo modo, no que diz respeito à valorização salarial e profissional do magistério, realmente o Relator avançou muito — e notem que eu apresentei mais de 500 emendas, sem falar nas emendas de todas as entidades ligadas à CNTE sobre o assunto.

Eu fico muito contente, porque, quando estávamos debatendo esse tema, Deputado Lelo Coimbra, eu pautei a necessidade de estabelecermos uma meta intermediária. Inicialmente, o que estava posto? O projeto original falava de aproximar. Ora, tomando como parâmetro o que o MEC utiliza, pouco mais de 2.700 reais, chegando a 2 mil reais ao longo de 10 anos, já se poderia dizer que a meta estava cumprida. Desde o início lutei para que se mudasse de “aproximar” para “equiparar” ou “igualar”. É uma mudança extraordinária, porque significa igualdade: formação equivalente, salário equivalente.

Outro item que nós pautamos foi uma meta intermediária, muito debatida no Núcleo de Educação da bancada do PT. O Deputado Vanhoni teve a sensibilidade de acatá-la: propusemos chegar ao quinto ano com 80% do valor do salário médio das demais categorias, ele alterou para o sexto ano.

Isso é muito importante porque significa ter um parâmetro, ter uma data. Não fosse assim, os professores teriam todo o direito de dizer que nós, não bastando seu piso salarial estar ainda muito distante do que precisam e merecem ganhar, achamos pouco e o colocamos em 10 anos. Nós vamos fazer uma meta intermediária, vamos trazer para mais perto.



Por favor, Ricardo, mostre-me a meta em que isso está. *(Pausa.)*

Aqui está. Isso é muito importante isso até mesmo para o diálogo que vamos ter com os prefeitos e com os governadores. Estamos propondo aumentar o piso salarial do magistério e, ao mesmo tempo, estamos tendo o cuidado de dizer que deve ser ampliada a assistência financeira específica da União aos entes federados, para a implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular, o piso salarial nacional.

Eu sabia que havia visto essa emenda, Vanhoni. Ainda bem que ela ficou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Está mais feliz agora, Deputada?

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Estou sim, porque isso está lá desde a lei anterior.

Tem razão o deputado Ivan Valente quando pondera que não podemos aprovar isso de afogadilho. É claro que não. Mas, fazendo coro com a posição do Fórum Nacional de Educação, eu pondero também que nós temos 10 dias pela frente, o movimento social está mobilizado, e o Deputado Vanhoni está aberto a continuar o debate — eu falei sobre os pontos positivos, mas há alguns pontos em que é preciso mexer, Deputado Vanhoni. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

Sonho com todo o orgulho, e tenho muito orgulho do que o Governo do PT e aliados, do que o Governo do Presidente Lula e o da Presidente Dilma têm feito pela educação deste País.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Já concluo, Sr. Presidente.

Eu, o Deputado Paulo Rubens e Deputado Ivan Valente somos da geração das Conferências Brasileiras de Educação, de toda essa mobilização social de mais de 2 ou 3 décadas. Quero dizer que eu tenho muito orgulho pelo que nós temos feito ao longo desses 9 anos. É preciso lembrar, sim, que há partidos que hoje querem 10%, e nós queremos também, mas eles tiveram a oportunidade de fazer isso antes e não fizeram. Pelo contrário, cortaram 7% do PIB. Mas que bom que agora estamos todos juntos para avançar. É preciso dizer que estava em 3,5% do PIB. Era de 19 bilhões o orçamento da educação, e chegou a 80 bilhões. Então, o Governo tem



promovido avanços e conquistas importantes no campo da educação do País. Estamos aqui para avançar. Eu quero deixar claro que 8% representam um avanço, mas temos de lutar para avançar mais na questão do PIB.

Há muitos avanços no relatório, mas algumas questões vamos deixar para considerar depois, porque não teremos tempo hoje.

Por fim, Presidente Lelo, deixo esse apelo, para que reflitamos. Esse PNE não vai ser do partido A, B ou C, esse PNE tem que ser do Brasil. Nós queremos um movimento unificado. É o apelo que eu quero fazer, preservando a responsabilidade que devemos ter, Deputada Dorinha. Eu quero, sim, que nos lancemos ao desafio de, dentro dos próximos 10 dias, aprovar esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputada Fátima.

O Deputado Marchezan se inscreveu. Vamos então conceder a palavra por bloco de quatro Parlamentares.

Antes de que eu me esqueça, vou fazer um registro. Está presente, desde o início dos trabalhos, o representante da Confederação Nacional de Pais de Alunos, o Prof. Pedro Trindade Barreto, membro do FNE e do Conselho Nacional do FUNDEB, e também o representante da Rede Nacional Primeira Infância, composta por 110 organizações — o documento está assinado por Vital Didonet.

Com a palavra a Deputada Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu quero cumprimentar a Consultoria Legislativa pelo trabalho que realiza — já foi saudada pelo Deputado Vanhoni. Sabemos que os consultores legislativos estão sobrecarregados, pois o número deles na área de educação é pequeno.

Aproveito a oportunidade para pedir à Casa que abra concurso que contemple essa área. O volume de trabalho desta Comissão é muito grande. Acredito que seja o maior. Se não for, é um dos maiores da Casa. E eles estão com o quantitativo reduzido.

Cumprimento, portanto, a Consultoria Legislativa e faço esse apelo.

Eu já disse, em outro momento, que houve avanços no relatório do Deputado Vanhoni, mas a minha preocupação, Sr. Presidente, refere-se ao tempo que teremos para debater o relatório. Eu queria que tivéssemos um tempo com a Consultoria e com o Deputado Vanhoni para entender as contas. Quando o Deputado apresentou as contas, disse que, no momento em que elas vieram do Poder Executivo, alguns



valores não estavam especificados. Mas estão verificando o que foi gasto e colocando dentro da meta. Porém, Sr. Presidente, estamos falando de um período de 10 anos. Somente o que é gasto hoje não é suficiente para fazer uma projeção num horizonte de 10 anos.

Reforço que, para garantir o que temos hoje, eu não queria um prazo de 10 anos de um plano nacional de educação. A Presidenta fez um compromisso de campanha, 7% do PIB até 2014.

Sr. Presidente, com esse barulho, eu não consigo falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A Deputada Dorinha e esta Presidência pedem silêncio.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Em 2014, 7%. Será que nos anos restantes da vigência do Plano vamos avançar somente em 1% do PIB? Será que é isso que queremos passar para a nossa Nação? Essa é a responsabilidade que temos com a educação? Eu não creio que seja isso.

Precisamos, sim, avançar. Compreendo todo o esforço do Relator e sei que foi além de suas possibilidades. Mas nós somos mais fortes do que um relator, que tem a sua responsabilidade, mas tem também os seus limites. Os Deputados desta Comissão, todos, em várias audiências, em vários momentos, continuam fazendo a sua propaganda, dizendo que são da educação, que atuam pela educação, pelo Governo e por tudo o mais. Então, eu acho que os 10% estão assegurados, sim, porque nós temos um compromisso, falamos, chegamos aqui e temos de nos explicar para as pessoas da nossa base. Eu, pelo menos, sou da base da educação e quero ter esse compromisso. É a nossa responsabilidade, sim. Nós temos responsabilidade com o País.

Eu queria fazer um pedido ao Presidente. Sei que já começou a Ordem do Dia, mas não tem por que a área econômica fugir desta Comissão. Nós não somos crianças. Crianças falam assim: *"Mãe, eu quero uma coisa"*. E a mãe diz: *"Não. Não tenho dinheiro"*. Nem explica por quê. Eu quero saber por que ele diz que não tem dinheiro, por que não vamos poder avançar. Ninguém está dizendo que vamos começar com 10% do PIB. Mas nós temos que, em 10 anos, se o País quer realmente sair da situação que enfrenta hoje na educação, em que se verifica falta de qualidade, falta de professores — há professores no Brasil que nem ganham o



equivalente ao piso salarial, o que por si só já é vergonhoso —, fazer um esforço maior do que o que estamos fazendo.

Eu não tenho coragem de andar no meu Estado e ver escolas de palha, crianças sentadas em bancos toscos, sendo transportadas em caminhonetes. Muitas dessas crianças, inclusive, morrem em decorrência desse tipo transporte.

Então, nós temos essa responsabilidade. Solicito ao Presidente que tenhamos um tempo para discutir a respeito das contas, porque foi muito curto. Há muita coisa ali, e só colocar o valor que se está gastando hoje não serve. Não é disso que precisamos na educação.

Antes de finalizar, quero dizer algo rapidamente. Nós não avançamos ou avançamos muito pouco na noção de sistema nacional de educação, de regime de colaboração. É preciso ter um desenho diferente, considerando-se a responsabilidade dos Municípios, dos Estados e da União. Como eu disse, ninguém vai fazer panelaço diante da porta do Ministério da Educação, mas faz diante da porta dos Prefeitos e dos Secretários de Educação. Então, tem que ficar clara a responsabilidade da União, inclusive quanto ao PIB.

Nós não queremos que ocorra o que está acontecendo hoje. A União põe pouco dinheiro, mas faz de conta que o dinheiro é todo dela — a galinha canta como se o ovo fosse enorme, e não é verdade. É preciso fazer esse esforço no sentido de que se diga com que percentual do PIB, aproximadamente, cada ente federado vai poder contribuir. Eu quero que seja de 10%.

A Deputada falou em partidos de oposição. O meu partido é de oposição. Eu sou da educação. Estou num partido que tem uma posição clara. Nós revemos posições. O maior exemplo foi a renovação da DRU. No plenário, ressalttei que vários Deputados e Ministros do PT eram contra a DRU, e agora estão defendendo a DRU. Então, temos condição de rever posições. Não é o meu caso. Sou Deputada da educação. Como Presidente do CONSED, a defesa pela educação está acima de tudo. E defesa não é só conversa, tem que haver ação.

Esta é uma oportunidade que os Deputados de diferentes partidos têm de dizer qual é o seu compromisso e como querem passar para o futuro do nosso País o compromisso com a educação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Fecha este bloco de quatro Deputados, já que estão ausentes o Deputado Artur Bruno e a Deputada Alice Portugal, o nosso homem de Caetés, o Deputado Chico Lopes, futuro Ministro.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Só se for de Deus. As igrejas evangélicas estão doidas por ministros.

Parabenizo esta Comissão, o Presidente e digo que o Relator foi uma pessoa muito democrática. Quero agradecer esse comportamento desta Comissão Especial.

Agora, eu também tenho algumas dúvidas sobre os 8%. É um acréscimo, 1%. Houve avanço. Por quê? Porque a realidade do relatório e das propostas me diz que vai haver aumento. Por exemplo, tempo integral nas escolas. Há mil alunos. Vai haver duas escolas com 500 pessoas. Proporcionalmente, vai ser preciso aumentar o número de professores, as despesas.

O piso eu não coloco nessa história porque ele é para o terceiro pedagógico. As faculdades não estão mais formando ninguém do terceiro pedagógico. A não ser que tomemos a iniciativa de o piso ser para licenciatura plena. Nesse caso, é outra briga.

Enfim, um bocado de coisas positivas na educação está sendo feito por esta Comissão. Nós já temos cinco. Mesmo com a proposta do Relator, vamos passar mais 3%. Por isso concordo com que o Ministro venha aqui para debater. Mas precisamos ter dados também aqui para que haja uma contraposição.

Eu acho que vamos ter, nesses 10 anos, uma questão que o Senador Inácio Arruda levantou no Senado: 50% do Fundo do Pré-sal dirigidos para a educação. Revista fora de qualquer suspeita fala dos nossos avanços, mas fala também das nossas deficiências com muita propriedade. Qualquer pessoa pode fazer essa leitura. Nós aprendemos aqui, nas audiências públicas, que o ensino privado tem 75% das universidades, e o Estado só tem 22% — 3% estão fora.

Em relação ao ensino básico, vamos ter de aumentar o número de professores.

Nós ainda não temos uma base para dizer que são 10%. Posso dizer que 8% não vão satisfazer as nossas necessidades, porque nós queremos aumentar o número de pessoas nas escolas, queremos aumentar os laboratórios, queremos passar para uma realidade que estamos vendo e na direção da qual estamos avançando nos últimos tempos.



Na minha época, o professor contava só com giz, apagador e saliva. Hoje, isso não existe mais. Atualmente há outro patamar de ensino. Isso significa investimento. Nós podemos avançar e não nos esconder atrás de salário de professor. Essa é uma luta nossa contra o Governo. Não é a questão do Plano. Desde que entrei, estou só ganhando menos. Embora nominalmente seja mais, o meu poder aquisitivo é menor. O dinheiro tem dois valores nesse sentido.

Eu concordo com os demais. Sou da base do Governo, com muita tranquilidade. É um avanço, estamos avançando, mas nunca o dinheiro é suficiente para a educação. Basta ir a escolas dos Municípios e dos Estados para ver as dificuldades que existem. Nós queremos o apoio das entidades gerais, como a UBES. Um problema que temos de resolver é o problema financeiro, o financiamento de campanha.

Parabenizo o Presidente da Comissão e o Deputado Vanhoni, que teve muita paciência ao escutar democraticamente todos nós. Como esta Comissão é democrática, também estou expondo as minhas preocupações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só uma correção, Deputado. V.Exa. falou em financiamento de campanha, mas acho que queria dizer financiamento da educação. V.Exa. estava pensando em outra coisa. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - V.Exa. me pegou no contracanto. É que eu estava conversando com o colega exatamente sobre a próxima campanha. Estou preocupado porque não tenho mais porta de universidade, porta de fábrica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Deputado Ivan, Deputada Dorinha, a educação tem muitos problemas no nosso País. Quando a escola não tem problema de estrutura, há outro tipo de problema. O professor de Português, quando entra na sala de aula, preocupa-se em dar uma boa aula sobre o ensino da língua, e está preocupado com o que vai acontecer com a sua jornada seguinte. Ele sai da escola, vai para casa, e tem uma porção de outras coisas a fazer. No caso do professor de Física, ocorre a mesma coisa, preocupa-se com a sua turma, deu uma boa aula.

Às vezes, quando percebemos que uma escola está tendo qualidade superior à de outra escola com as mesmas condições, com ambiente social muito parecido,



vemos que há outra coisa acontecendo com a escola. O professor de Física está preocupado com o conjunto da escola, com o processo de aprendizagem, está preocupado com o conjunto dos alunos. O conselho escolar funciona. A diretora acaba sendo uma líder do ponto de vista pedagógico e não apenas uma líder que se preocupa com a gestão, que providencia o conserto de um vidro quebrado na escola, que busca mais recursos para melhorar a situação do ponto de vista material. A proposta pedagógica passa a ser o centro da escola.

No nosso País, transformar as condições de cultura existentes e de formação educacional e fazer com que as nossas escolas tenham a centralidade na pedagogia, no aluno é um esforço muito grande, porque isso depende muito de formação continuada, depende de um conjunto de coisas. Não é um processo fácil. Mas acho que nos últimos anos temos conseguido avanços.

Deputado Ivan, investimento total é um conceito que estamos adotando quanto a esse percentual. Entram outros valores. No entanto, os percentuais que estou apresentando para os senhores na planilha técnica de cumprimento de metas e de cumprimento financeiro dessas metas estão dentro dos 8%. Se não estivessem dentro dos 8%, eu não estaria trazendo isso para o debate publicamente. Até sugeriria que aumentássemos, tranquilamente, o percentual, porque não se daria conta de cumprir as metas quantitativas e as metas qualitativas que esperamos alcançar no Plano.

Há limitações no Plano? Claro, há limitações no plano. Existem limitações de toda ordem. Estamos em determinado cenário econômico, num país, num processo histórico. Há avanços no Plano? Há grandes avanços no Plano. Na proposta que o Governo mandou, há avanços do ponto de vista financeiro e há avanços do ponto de vista conceitual, de abrangência, de enfrentamento dos problemas da educação.

Também tenho preferência pela educação presencial, Deputado Ivan, mas não posso desconhecer que a educação a distância, em um país como o nosso, com as condições que temos, pode cumprir, como está cumprindo, um grande papel, representando um grande avanço. Jovens que não têm acesso, em cidades do interior, ao processo educacional podem ter acesso a formação profissional que os capacite a entrar no mercado de trabalho, que lhes dê mais dignidade, que lhes possibilite pensar a vida e a sociedade de maneira diferente. Isso é possível por



meio da educação a distância. Não posso desconhecer a capacidade desse sistema de ensino. A prova está aí, todos podemos enxergá-la.

Não precisamos entrar nesse debate para sabermos se a educação presencial é melhor do que a educação a distância. Também parto do princípio de que é a educação presencial. Tanto é assim que pretendemos corrigir a iniciativa do Ministério da Educação. E os números não são pequenos. Se olharmos friamente os números, veremos que não são pequenos. Estamos propondo, em 10 anos, no ensino superior, fazer o que não foi feito em 100 anos. Se existem hoje 800 mil na rede federal, estamos propondo que se chegue a 1 milhão na rede federal, só na educação presencial. Não é um número desprezível.

O MEC já trouxe um avanço com a proposta de 7%, e nós a estamos ampliando, do ponto de vista do conceito e do ponto de vista das metas. É o suficiente? Não é o suficiente, porque há 40 milhões de jovens em nosso País em idade escolar, entre 18 e 24 anos de idade, que não têm acesso a formação de ensino superior. O sistema de ensino que projetamos para o Brasil tem um problema estrutural. O ensino médio forma jovens, mas metade o abandona. O jovem que sai com 17 anos de idade do ensino médio ou aquele que o abandona não têm profissão alguma. Durante todo esse período da nossa história, fizemos uma universidade elitista, para um pequeno grupo da classe média.

Trata-se de fazer uma universidade para as massas, de incorporar a juventude brasileira para que conclua o ensino médio. Isso está no Plano. Para isso, adotamos duas posturas. Uma delas refere-se ao instituto do ensino integral, no sentido também de que possa avançar para o ensino médio, a fim de que a escola seja uma nova escola, a fim de que a escola possa ter sentido para a juventude. Não a escola de formação profissional, mas a escola regular, que possa trabalhar o ensino de línguas; que possa trabalhar o ensino do cinema, o ensino do teatro; que possa se relacionar com a comunidade; uma escola em que a juventude de 15 a 17 anos, que está formando sua visão de mundo, possa se conectar com essas maneiras diferentes de sensibilidade, de construção do conhecimento. Isso está previsto no Plano. Se fizermos o que Plano prevê, que 85% dos estudantes de ensino médio o concluam, estabeleceremos uma grande conquista para a educação brasileira. Se avançarmos na oferta de vaga pública no ensino superior nesses próximos 10 anos, vamos ter um avanço ainda maior no sistema educacional.



A Deputada Professora Dorinha questionou os valores. Nesta semana, vou estar, o dia inteiro, à disposição, assim como Paulo Sena, Ana, Carolina e Ricardo. Esqueci de citar que mais duas pessoas trabalharam comigo: o Prof. Ângelo, da Universidade Federal do Paraná, que nos últimos 2 meses nos acompanhou aqui; e o Sr. Marcos Cordioli, que também já trabalhou na Comissão de Educação. Foi um assessor que trabalhou comigo e hoje está trabalhando na ANCINE, no Rio de Janeiro. É cineasta, além de professor, alguém envolvido na área educacional. Marcos Tadeu nos assessorou, do ponto de vista econômico, na formatação desse projeto. Estaremos à disposição para destrinchar quaisquer números em relação aos quais qualquer Deputado tenha o desejo ou a intenção de pedir qualquer esclarecimento. Estaremos à disposição amanhã, durante todo o dia, na quinta-feira e na segunda, na terça e na quarta-feira da semana que vem.

Os Deputados e os dirigentes das entidades que estão vivamente participando desse processo ao longo deste ano poderão nos consultar, portanto. Estaremos à disposição de todos para consulta, para discussão e para recebimento de sugestões que aperfeiçoem o Plano Nacional.

Deputada Dorinha, V.Exa. tem razão, não mencionamos a relação de sistema e colaboração. Aliás, o Plano tem o conceito da colaboração entre os entes da Federação. Temos avançado muito na colaboração. O FUNDEB já é um instrumento que consolida, que solidifica a colaboração, a participação. A lei que disciplina a distribuição de recursos para fazer com que a equidade se realize em nosso País já contém o princípio da colaboração. Mas acho que o Plano Nacional remete para alguma legislação complementar, remete para uma proposição que está tramitando na Casa, de responsabilidade educacional, remete para uma modificação do FUNDEB, porque implica nova modalidade de financiamento por parte da União, a meu ver, e remete para uma lei do Sistema Nacional de Educação que disciplina de forma mais clara o regime de colaboração entre os Municípios, os Estados e a União.

Então, um arcabouço jurídico está embutido na concepção do Plano Nacional. Acho que o Plano é o aspecto político da Lei do Sistema Nacional. Vamos dizer assim, são as grandes diretrizes políticas da educação que o Sistema Nacional de Educação, do ponto de vista institucional, precisa consolidar na Câmara dos



Deputados. Isso vai depender da iniciativa dos Srs. Deputados nesta legislatura, ou no próximo ano legislativo.

Diria que respondi as perguntas que a Deputada Professora Dorinha fez e as que o Deputado Ivan corretamente apresentou — S.Exa. sempre nos traz com muita lucidez os problemas.

A quem me pede informações sobre os fatores de ponderação que usamos posso entregar depois a nota técnica. Por exemplo, a modalidade de ensino integral está com o índice CAQ do ensino fundamental mais alguma coisa, que é mais ou menos a mesma ponderação utilizada pelo FUNDEB hoje. Então, se são 30%, se são 80% do valor, é o que é mais ou menos praticado. Nós transferimos essa ponderação para o valor do CAQ. Tenho comigo a planilha de custo, com toda a explicação. Eu posso entregá-la.

Quanto ao total, é isso mesmo. Estamos incorporando. Resolvemos fazer a incorporação porque foi fruto dessa negociação com o Governo Federal. Mas, dentro dos 8%, estamos garantindo a realização desses percentuais que apresentamos à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Passamos ao segundo bloco de perguntas.

Tem a palavra o Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, estender ao Sr. Deputado Angelo Vanhoni o nosso respeito e renovar nossa consideração pela sua dedicação, pelo seu empenho. Imagino que deve ter perdido muitas noites de sono, deve ter tido muitas horas de leitura — sabemos que é um Deputado extremamente apegado à leitura, como dizemos nós os nordestinos —, mas isso faz parte da elaboração de uma proposta histórica.

Inicialmente tratarei de alguns pontos que, parece-me, vão ensejar novos debates e até a apresentação de emendas.

O primeiro aspecto está relacionado aos fatores de ponderação.

Fizemos uma leitura preliminar, que nos alerta sobre a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O que serviu de referência foram os cálculos do FUNDEB e não os do Custo Aluno-Qualidade. Assim sendo, teremos custo extremamente rebaixado com prejuízo predominante para as creches e a educação infantil.



Teremos de rever e de atualizar, se for o caso, esse conflito de informação ou efetivamente a base do cálculo desses fatores de ponderação.

O segundo aspecto é a discussão sobre o investimento. Neste ponto, gostaria de alertar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados para uma interpretação que vem sendo construída ao longo dos últimos meses que não tem qualquer vínculo com a realidade do ponto de vista do que cabe à União, aos Estados e Municípios.

Já fui entrevistado diversas vezes e as perguntas vira e mexe tratam do percentual, dos 10% do PIB, como se isso fosse em primeiro lugar 10% novos, e não são, e os ônus do investimento, até 10%, em 2020, recaíssem totalmente sobre as contas do Tesouro Nacional, o que também não é verdade.

Portanto, gostaria de fazer a seguinte ponderação: dos atuais 5% do PIB de investimentos diretos em educação, a União Federal arca com 0,98%; os Estados e o Distrito Federal, com 2,04%; e os Municípios, com 1,94%.

Em termos percentuais, quanto à responsabilidade de cada esfera da Federação, os 0,98% do PIB, que a União assume nos 5% de investimentos diretos, representam 19,6%, os Estados representam 40,8% e os Municípios representam 30,0%. Queremos 10,4%, que são 5,4% novos sobre os atuais 5%.

Muitos — inclusive segmentos do Governo interpretam — interpretaram ou usam essa interpretação para rechaçar a meta dos 10,4% do PIB como se o ônus dos novos investimentos recaíssem apenas sobre a União.

Gostaria de acertar isso, porque enseja brutal manipulação de dados e forma a opinião de que se rende com muita facilidade ao discurso de que não há receitas ou de que a crise internacional impede investimentos a mais. Vamos traduzir. Os novos 5,40% do PIB, mantidos os atuais percentuais, representariam para a União um salto de 0,98% para 1,05% por ano, o que dá 0,5% novos ao ano para a educação. Os Estados passariam de 2,4% para 2,20%, o que significa um incremento por ano de 0,16%. Os Municípios passariam de 1,94% para 2,05%, o que significa 0,11% ao ano.

Ora, o que representa para a União Federal, como parceira de um plano nacional republicano, passar o investimento de 0,98% para 1,05%? O que significa a União colocar mais 0,105% por ano para chegar a 10,4% do PIB? Isso é absolutamente irrisório. Aí, eu lembraria os cálculos feitos pela Campanha Nacional



pelo Direito à Educação para chegar ao cálculo da população educanda, estimada até 2020 aluno/mês. A diferença é de 169 bilhões, se compararmos os 7% propostos no projeto de lei original para os 10,4% que defendemos.

Para uma população educanda, estimada de 75,4 milhões até 2020, teremos em 10 anos uma diferença de 2 mil, 241 reais e 37 centavos, o que dá por ano, por aluno, 224 reais e 13 centavos, o que dá por mês, por aluno, durante os 10 anos do Plano Nacional de Educação, algo em torno de 20 reais por aluno/mês de novos investimentos com as três esferas compartilhando. Isso é algo irrisório. Vou dizer porque isso é irrisório, não só pelo significado do PNE, mas pelas contradições, e vou mostrar de onde vamos tirar os recursos para atingir 10,4% do PIB.

Primeiro, o Brasil acumula hoje em renúncias fiscais globais 3,5% do PIB, ou seja, 135 bilhões de reais. Não há nenhum cálculo que signifique justificar essa renúncia como a responsável pelo investimento do Estado, gasto tributado indireto para o crescimento do PIB, para o aumento da base da indústria de transformação no PIB, para o aumento de investimento na formação bruta do capital fixo. Isso virou uma grande bondade tributária do Estado para os setores empresariais mais bem articulados aqui no Congresso Nacional.

Segundo, o relatório da Receita já está publicado e todos podem ter acesso a ele. De janeiro a outubro deste ano, a Receita cresceu entre 14% e 16% em termos reais. Já descontada a arrecadação do INSS, isso dá 593,3 bilhões de reais.

Das metas do superávit primário que nós temos reconhecido para o cálculo do Projeto Piloto de Investimentos do primeiro mandato do Presidente Lula, o cálculo do PAC e a não inclusão nas metas do superávit do percentual aplicado no combate à pobreza, se nós retirarmos das metas do superávit primário 0,1% do PIB, isso dá 4,530 bilhões com o PIB estimado para 2012 pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada nesta Casa.

Ora, 4,530 bilhões, equivalente a 0,1% do PIB, podem ser desonerados da meta de superávit fiscal. Assim, encontraríamos tranquilamente os recursos anuais para arcarmos com 10,40% do PIB, mantida a meta percentual da União em 1,05%, a fim de atingirmos as metas das três esferas de governo.

Aqui falou-se da DRU. Nós aprovamos recentemente a prorrogação da DRU até 2015. Só da receita da Seguridade Social a DRU tirou, no ano passado, 45 bilhões de reais. Se nós desvinculássemos a desvinculação e admitíssemos,



extraordinariamente, para financiar as metas do Plano Nacional de Educação, em 10 anos, 10% disso somente sobre a DRU, retirando da Seguridade, teríamos 4,5 bilhões de reais. Então não há por que justificar insuficiência de recursos na base da arrecadação federal.

Outra questão. Nós assistimos, durante os anos de 2008 e 2009, o nosso Governo mobilizar, de forma direta e indireta, 8% do PIB para socorrer a indústria, para responder aos efeitos da crise financeira internacional.

Vamos lá: em torno de 250 bilhões de títulos públicos emitidos para capitalizar o BNDES; renúncia fiscal de 25 bilhões do Programa Brasil Maior; devolução, para circulação monetária, de 100 bilhões dos compulsórios que os bancos deixam recolhidos no Banco Central. Isso dá 375 bilhões de reais em 2 anos, o que dá 8% do PIB, de 2009 a 2011, para responder à crise financeira e a seu impacto no Brasil.

Por que vamos continuar tratando a educação na base da retórica? *“Educação é importante, educação é importante, educação é importante. Nunca se fez, estamos fazendo, vamos fazer um pouco mais.”* Por que não assumimos que o financiamento de um plano republicano decenal para um Brasil que não é um só, mas cinco, seis brasis, com tantas disparidades de dados estatísticos, população urbana, população rural, 20% mais pobres, 20% mais ricos, população negra, população branca, etc. etc... Por que não alçamos o financiamento de um plano nacional republicano ao mesmo *status* que se dá às metas do superávit primário, ao mesmo *status* que se deu às metas do Programa Brasil Maior, ao mesmo *status* que se deu à recuperação da indústria na crise econômica que ainda atinge o nosso País?

Como eu continuo acreditando e provando que temos capacidade fiscal, Deputado Lelo Coimbra, o relatório da Receita nos informa que, de janeiro a outubro deste ano — só a arrecadação derivada da lei do REFIS 3, a Lei 10.941, que retorna aos cofres públicos uma parte da dívida ativa tributária —, foram 17,7 bilhões de reais. Eu não estou falando da receita corrente, das receitas administradas regularmente pela Receita Federal do Brasil. Estou falando do excedente, que é recuperado com a lei do REFIS. Nós poderíamos tranquilamente, dada a urgência, a importância estratégica, a necessidade histórica de financiarmos essas metas, a partir dos cálculos feitos pela Campanha, pactuar com o nosso Governo que os recursos adquiridos por meio da arrecadação da dívida ativa tributária, a partir da



legislação aprovada no Congresso Nacional, sejam destinados para complementar o financiamento da parcela da União às metas do Plano Nacional de Educação.

Então, não há qualquer fundamento. Primeiro, vendeu-se para a sociedade a imagem de que 10,4% são 10,4% novos. Não são. Seriam 5,4% novos em 10 anos, o que dá 0,54% novos em 1 ano. É um percentual extremamente baixo. Se calcularmos com o PIB de 4 trilhões e 530 bilhões, isso dá 0,1%.

Por que o País não pode retirar 0,1% da arrecadação federal relativa ao PIB e aplicá-lo no financiamento de um plano decenal de metas para a educação? Só teria uma resposta: falta de compromisso político.

Por isso o esforço que fizemos aqui, num grande entendimento, para convidar e não convocar. É importante que o requerimento seja aprovado, para que possamos mostrar ao Ministro da Fazenda que, se há restrições ou incômodo fiscal, não deveria ser ele, mas quem deveria reclamar aqui são o Presidente do CONFAZ, o Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Fazenda e o Presidente da ABRASF — Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais.

O Ministro da Fazenda está falando por trás de 0,98% do PIB de investimentos. Então, não cabe ao Ministério da Fazenda contrapor a meta de 10,4% do PIB, restrições fiscais, restrições conjunturais, porque a parcela da União representa apenas 0,98%, a dos Estados, 2,04%, a dos Municípios, 1,94%, totalizando 5% dos atuais investimentos diretos em educação. Então, a União não tem o direito de contrapor-se a uma meta que, dividindo pelos menos percentuais, como já afirmamos aqui, representará recursos a serem compartilhados a mais por ano: para a União, 0,105% do PIB; para os Estados, 0,16% do PIB; para os Municípios, 0,11% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Concluo, Sr. Presidente, nobre Relator.

A Deputada Fátima Bezerra nos alertou aqui para as questões do sistema nacional de gestão. Confesso que esperava que apresentássemos uma proposta global do sistema nacional de gestão articulada para a educação à luz do que é o SUS, à luz do que vai ser o SUAS, à luz do que está sendo o Sistema Nacional de Cultura.



A primeira instância de gestão democrática da educação, prevista na Constituição, estendida aos Estados, é o conselho escolar das unidades escolares. Então, por que admitimos um fórum nacional de educação, mas não admitimos fóruns estaduais de educação? E fóruns municipais de educação? Por quê? Até porque a maior parte das metas do PNE serão construídas pelos Estados e Municípios. Já sabemos que não adianta fazer, por exemplo, conferência nacional de educação com 50 mil pessoas aqui, porque se essa arquitetura, se essa capilaridade, se essa organização não tiver presença forte nos Municípios, a tendência das administrações municipais é passar por cima. Estão aí os conselhos municipais do FUNDEB se arrastando há 5 anos para que possam fazer o controle social.

Fui autor de uma emenda global criando o sistema nacional de gestão democrática da educação. Defendo que, se estabelecemos o fórum nacional, temos de admitir no sistema o fórum estadual de educação, o fórum municipal de educação. A exemplo do SUS, começamos a gestão democrática da educação com os conselhos escolares nas unidades escolares, com os conselhos e as conferências municipais.

Vamos ter conferência nacional de educação. Por que não há no sistema conferência estadual de educação? Por que não há no sistema conferência municipal de educação? Não pode.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Quem disse a V.Exa. que não há?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pelo menos na versão que recebi...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Há todos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então foi corrigido.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não, não foi corrigido. Está na proposta inicial.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Na versão que eu recebi, na última quinta-feira ou sexta-feira, não havia...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Conferências municipais, conferências estaduais...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - ... fóruns estaduais de educação, nem fóruns municipais.



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Fórum não pode, porque há o fórum nacional. O fórum coordenará e articulará, conforme o art. 6º, as conferências municipais, as estaduais e as duas conferências nacionais.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu proponho, Deputado, que nós incorporemos a mesma arquitetura.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - A sugestão de V.Exa. é ótima. A mesma arquitetura, adequando-a. Não há problema. Ótimo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Até porque são três instâncias de gestão com responsabilidades próprias e específicas.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Maravilha.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Concluo mais uma vez enfatizando que não podemos cair nessa armadilha que se propagou por parte da empresa e por alguns setores do Governo de que os 10,4% seriam novos. Não são. Partimos dos atuais 5%, queremos chegar, com mais 5,4%, a 10,4%, o que dá 0,54%.

Reitero — vou repetir — que hoje a União entra com investimento direto em educação, dos 5%, com 0,98%, o que dá 19,6%; os Estados, com 2,04%, o que dá 40,08%; e os Municípios com 1,94%, o que dá 38% da contribuição. Ao todo, para passar de 5% para 10,4% novos investimentos por ano: para a União, 0,105%; para os Estados 0,16%, e para os Municípios 0,11%. Não nos falta capacidade fiscal.

O que tem faltado, e espero que corrijamos aqui essa diferença de interpretação com o Governo, é vontade e compromisso político. O País tem capacidade de investir os 10,4% do PIB — é isso que a sociedade espera — com as demais correções já citadas por outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Sr. Deputado Izalci, seguido do Deputado Raul Henry.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Deputados, o fato de eu ser contador e professor é incompatível com o cargo de Deputado.

Em Brasília, o Governador chegou a dizer que a palavra dele já era prova. Daqui a pouco, estaremos acreditando que a palavra dos Ministros é prova também, como tenho visto nas ponderações de alguns Ministros. Acabamos correndo atrás desse negócio e nos envolvendo demais. Particularmente estou bastante envolvido nesse trabalho.



Sr. Presidente, desde o início, disse que deveríamos ter, nesta Comissão, a presença de representantes da Fazenda e do Planejamento constantemente, para que possamos acompanhar o que está acontecendo, porque o problema é quando se fala em recurso.

Eu não tive oportunidade de estar com o Ministro. O Relator e a Deputada Fátima tiveram. Possivelmente, em função da fala do Ministro, devem ter sido convencidos, porque era unanimidade aqui que 10% seriam pouco. Foram feitos diversos discursos no Brasil todo. A Deputada Fátima não está aqui, mas vi, em seu pronunciamento, que ela já está defendendo os 8%. Talvez a fala do Ministro tenha sido capaz de provar que 10% ou 8% são suficientes. Não sei. Se tivéssemos condições de resgatar o déficit dos problemas da educação, acho que 8%, daqui para a frente, seriam muito bons, mas há um déficit muito grande.

Se o Ministro, sua equipe e até os Secretários Municipais e Estaduais de Fazenda pudessem vir aqui, poderíamos talvez buscar alternativas para recuperar esse passado da educação por meio de um PAC, como há PAC para tudo quanto é coisa aí. Estamos fazendo um esforço, porque os 8% — Deputado Vanhoni, o trabalho de V.Exa. é maravilhoso, democrático, excelente —, da forma como está, não serão suficientes para recuperarmos e resgatarmos a qualidade da educação. É lamentável. Em Brasília, Capital do País, ainda temos escola de latão. Faço ideia no interior todo.

Tivemos a péssima notícia de que no Senado, quando se discutia os *royalties*, já não havia mais nada para a educação. Se no Senado já não há nada, daqui a pouco aqui também não terá. Se buscássemos alternativas com os Ministros da área econômica...

Vamos criar uma meta especial para resgatar o passado? O.k. Vamos criar um PAC para a educação? Aí, sim, 8% serão mais que suficientes para tocar daqui para frente. Mas considerar 8% para resgatar esse passado e dar continuidade em termos de buscar qualidade para a educação, acho inviável.

Então, não posso deixar de fazer um pedido, Sr. Presidente, por mais que isso possa trazer algum problema em termos governamentais. Fizemos um ofício de convocação, mas não tenho nenhuma dificuldade em transformá-lo em convite. Até porque não faz sentido o Ministro dizer que não pode vir aqui ou que não quer vir aqui. Os Ministros estão sempre aqui. Se fosse a DRU, não tenho nenhuma dúvida



de que o Ministro estaria esperando lá fora, como vieram aqui os do Planejamento e da Fazenda. Todo mundo veio ao Congresso por causa da DRU. Agora, mais importante do que essa DRU é a educação. Então, acho até que, nesta discussão que estamos fazendo aqui — ouvi uma parte das falas —, se educação fosse prioridade, o Ministro já estaria ali fora, esperando a oportunidade de falar para nós e nos convencer de que 8% são suficientes.

Eu considero que 8% não são suficientes se não buscarmos alternativa para a recuperação do déficit passado das escolas, condições de acesso às escolas rurais — há um caos total —, acesso a banda larga nas escolas rurais e do interior. Sem isso, não se promove educação.

Essa questão dos 10% não pode ser discurso. O percentual de 10% tem que ser real. Todo mundo, o País todo tem que estar envolvido nisso. E espero que, o Ministro estando aqui com a sua equipe, possamos buscar alternativas diferentes, uma meta especial de recuperação. E aí vamos pegar os *royalties* do petróleo ou recursos de outros lugares para buscar a recuperação. Poderíamos colocar isso como meta especial, e os 8% para conduzir daqui para frente. Acho que a presença do Ministro e da sua equipe aqui é fundamental.

O Deputado Paulo Rubem Santiago disse coisas importantes, mostrou dados importantes, mas tenho certeza de que, se aqui estivesse a equipe econômica, ela iria contrapor o que foi dito, ou justificar por que não é possível fazer o que foi dito. O que não posso aceitar é o Deputado Paulo Rubem Santiago trazer um monte de dados — e acho que S.Exa. tem razão —, e agirmos como se estivesse tudo bem, sem ninguém para responder.

Se o Deputado Paulo Rubem Santiago encontrou a solução, pelo que disse, para chegar aos 10%, tudo bem. Se ninguém se contrapuser a isso, parto do princípio de que S.Exa. tem razão. Agora, se o Ministro disser aqui que não se pode fazê-lo por isso, por isso, por isso, nós vamos entender. Não há nenhuma dificuldade de entender.

O que não posso aceitar, como disse aqui o nosso Governador, é que a palavra dele tem valor sem provas, que a palavra dele já é uma prova. Não posso aceitar isso, porque os Ministros dizem a mesma coisa. Eu, na condição de contador, tenho dificuldade. Para me convencer, tem que mostrar os números. E há argumentos para isso.



Sr. Presidente, não vou entrar no debate dos temas, mas gostaria de insistir — e, se possível, até para votarmos o convite — em que o Ministro venha aqui.

Acho que o Deputado Paulo Santiago disse uma coisa certa: se grande parte da responsabilidade é do Estado, é do Município, então temos que trazer aqui, além do Ministro, o Presidente do CONFAZ, do Conselho de Secretários, os Secretários de Fazenda dos Estados e dos Municípios, para que digam alguma coisa sobre esse tema.

Senão, Deputado Angelo Vanhoni, realmente, aprovaremos um plano maravilhoso, que V.Exa. conduziu muito bem, mas sem saber se teremos capacidade de realizá-lo, porque ainda não temos aprovada a Lei de Responsabilidade Educacional. Como foi dito aqui, se não dermos atribuição, responsabilidade para saber de quem vamos cobrar, fica difícil conduzir. Eu não quero fazer parte da história de que nós aprovamos um plano, como aconteceu no passado, de que o Izalci votou a favor, e daqui a 10 anos chegarmos à conclusão de que não se resolveu nada.

Por isso, acho que a presença aqui da equipe econômica e dos Secretários dos Estados e dos Municípios, para nós, é fundamental. Faço esse apelo para que possamos resolver essa questão.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Quero só fazer um comentário, Deputado Izalci, sobre os dados citados Deputado Paulo Rubem Santiago. Por exemplo, se V.Exa., que é contador, declara-se incapaz, eu, na condição de médico, não sei nem que declaração farei. S.Exa. toca no assunto incentivos fiscais, renúncia fiscal. Dezesseis Estados têm procedimento de estímulo de desenvolvimento regional via renúncias fiscais, ou reversão fiscal. O meu Estado é um deles.

Então, naquele campo, por exemplo, S.Exa. está falando de uma fonte que leva a um debate federativo de outra natureza, que pode se chamar debate fiscal, ou pode chamar essa discussão do ICMS zero, que está no Senado por sugestão do Executivo, que é um desastre, no nosso ponto de vista de Estado e do debate que está colocado. Aqui não é campo para isso. Se a palavra de alguém leva a verdade junto... Eu sempre achei que existem versões sobre os fatos. Umas são mais próximas, outras menos próximas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.



Antes de o Deputado Henry falar, quero levantar a seguinte questão: foi dado entrada num requerimento na Mesa, extrapauta, para a vinda dos Ministros Gleisi Hoffmann e Guido Mantega. Quero saber de V.Exa. em que momento vamos apreciar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Após a fala do Deputado Raul Henry. Como os outros inscritos não estão presentes e o nosso Relator fará as considerações finais sobre esse segundo bloco, poderemos tratar desse assunto.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Serei breve, Sr. Presidente.

Meu prezado Relator, quero parabenizar V.Exa. pelo esforço. Sei das limitações que sua condição lhe impõe neste momento. Inclusive, tive oportunidade, quando o seu relatório foi questionado nas redes sociais, de dar um depoimento em favor do seu espírito público e do seu compromisso com a educação pública no Brasil. Agora, acho que houve vários pronunciamentos que vão no sentido de aprofundarmos um pouco mais a discussão sobre o financiamento, sobretudo da educação básica no País.

Não tenho tantos dados aqui, como o Paulo Rubem trouxe, mas tenho um último dado, que é consolidado, simples, de 2009, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Esse dado diz que para a educação básica no Brasil, a União entrou com 9,7 bilhões. Naquele ano, o orçamento do MEC foi de 42 bilhões. Os Estados entraram com 54,4 bilhões e os Municípios com 61,8 bilhões. Esse é o dado de 2009. Nesse mesmo ano, a participação da União no bolo tributário nacional foi de 58%. A dos Estados 25% e a dos Municípios 17%. Então, são duas curvas inversamente proporcionais: a participação da União no financiamento da educação básica e no bolo tributário nacional. Então, acho que precisamos aprofundar um pouco mais esse debate.

Dessa forma, quero fazer um apelo, reiterando os outros já feitos, no sentido de que não votemos essa matéria em caráter de urgência, a fim de que possamos discutir um pouco mais esse assunto, inclusive alguns dados sobre o *crack*, que acho seria preciso aprofundar a discussão.

Há aquele estudo do Conselho Nacional de Educação, mas há um estudo também do INEP, que faz a aferição de custo por custo, de insumo por insumo, que apresenta números diferentes. Acho que caberia uma discussão nossa, mas não



aqui, porque é um tema mais complexo. Podíamos sentar com a consultoria, a fim de aprofundar um pouco mais esse tema.

Outro assunto que me preocupou, e que ninguém tocou nele, é sobre as metas de qualidade. *(Pausa.)*

Quero anunciar a presença da nossa Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Uma breve interrupção para um abraço forte. *(Palmas.)* Queremos dizer que nós não a esperamos com brevidade, embora desejemos. Obrigado pela presença. Sucesso.

Tem a palavra o Deputado Raul Henry.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Com relação a essas metas de qualidade, sei que não dependem apenas da vontade do Relator. Tem de haver negociação, envolvendo, informal e politicamente, um pacto federativo.

A meta de nota 6 no IDEB 10 anos, depois para os primeiros anos do ensino fundamental, de 5,5 para a 8ª série e de 5,2 para o ensino médio, é muito baixo, ilustre Relator.

Na última audiência pública que tivemos aqui com os especialistas em avaliação, eles mostraram dados do PISA. O PISA vai do nível 1 ao nível 6. A China, no nível 4, nível 5 e nível 6 tem 48% dos seus alunos de 15 anos; o Brasil tem 1,8%.

Essa meta de 6, significa nível 3 no PISA, o que não chega nem a um bom nível. É um nível mediano. São 10 anos para atingirmos esse nível. Com a velocidade que a sociedade avança, com a velocidade com que avança o desenvolvimento tecnológico, se colocarmos para daqui a 10 anos a média na primeira fase do fundamental, que é a mais alta proposta aqui, de nota 6 no IDEB, acho que realmente é colocar um sarrafo muito baixo para um país com a potencialidade que tem o Brasil.

Sei que V.Exa. tentou negociar isso com o Ministério, que alegou que tinha toda uma negociação com Estados e Municípios, mas temos de aprofundar esse debate. Permita-me, de maneira alguma estou querendo desqualificar o relatório, porque sei do esforço de V.Exa., mas é uma meta medíocre para um país com o potencial do Brasil.

Falou-se muito que o Brasil avançou no PISA. O que o PISA mostra para o Brasil é uma realidade perversa. São 65 países avaliados, o Brasil fica na posição 54. Quando o Brasil é representado só pela rede privada, ele vai para a posição de



número 18; quando ele é representado só pela rede pública, ele vai para a posição número 59. Então, o que nós temos no País é uma verdadeira *apartheid* educacional, que condena a uma educação de péssima qualidade os filhos das famílias mais pobres deste País, que frequentam a escola pública.

É por isso que eu acho que essa meta da qualidade, até para que depois possamos conjugá-la com a Lei de Responsabilidade Educacional, a fim de fazer uma pressão maior pela qualidade sobre Prefeitos e Governadores, porque esse é um direito das nossas crianças, o direito à aprendizagem, que não está se confirmando com o desempenho da escola pública no Brasil hoje...

Para que possamos estabelecer um vínculo com a Lei de Responsabilidade Educacional, eu queria lhe propor uma reflexão sobre essas metas de qualidade: as duas para o ensino fundamental e a do ensino médio, que é a mais baixa das três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Henry, a meta do IDEB não é a que trata da qualidade da educação do Plano. É apenas um indicador que o sistema de avaliação trata — nós temos também o sistema de avaliação do ensino superior — e não exaure todas as iniciativas para a melhoria da qualidade da educação. Então, não é única. É apenas um indicador, que está hoje sistematizado no nosso sistema educacional e no nosso sistema de avaliação.

Eu acho que a meta vai ser revista, mas esse não é um debate, como eu disse aqui, simples, não é um debate pequeno; é um debate muito denso. É envolver o Ministério da Educação, é envolver os Municípios, é envolver os Governos Estaduais. O Governo passou 1 ano para fazer convênios com os sistemas — nós estamos num regime federativo —, a fim de estipular os padrões de meta. Hoje em cada Município brasileiro, em cada escola, a meta do IDEB está incorporada no processo. As escolas querem ultrapassar as suas metas. Faz 2, 3 anos que já estão vivendo esse clima. Quando eu chego a uma cidade, o Prefeito às vezes tem orgulho: *“O sistema educacional aqui é nossa meta e já ultrapassamos a nossa meta que estava colocada para este ano”*. A professora... *(Falha na gravação.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Cada escola deve se apoderar dessas metas para fazer o planejamento pedagógico da instituição. O Francisco,



que veio aqui e fez um debate, e a professora Helena, que foi Secretária no Estado de São Paulo, trouxeram uma contribuição nesse sentido.

Hoje vemos como a grande imprensa e até muitas vezes os que têm alguma objeção ao sistema de avaliação — porque acabam avaliando a escola apenas como feição do *ranking* de determinada escola ou de determinado sistema ou de determinado Município — utilizam isso. E não a utilização desse instrumento, desse dado, como incorporador no planejamento estratégico do ponto de vista das políticas para melhorar a pedagogia, para melhorar o resultado da escola na produção e na transmissão de conhecimento. O Plano todo tem uma concepção de melhoria da qualidade da educação.

Quando falamos a chegar daqui a 10 anos e os jovens concluírem 85% de taxa líquida no ensino médio, nós estamos com um conjunto de estratégias para que isso aconteça. Para isso é preciso estratégia, conceito e dinheiro.

Quando estamos pensando em fazer 11 milhões de educação integral com um recurso que não é de 370, mas passa para 2.330, nós quase estamos trabalhando com o valor que o CAC trabalha para dobrar a jornada, nós estamos falando de um padrão de qualidade de jornada educacional para as nossas crianças. Tranquilamente isso tem um impacto na qualidade, na formação das nossas crianças.

Acho que V.Exa. tem razão. Mas o Plano prevê uma parada técnica de 4 em 4 anos. Institucionalmente cabe à União fazer a convocação de uma conferência, de organizar uma grande avaliação do cumprimento das metas. Pelo Plano, chama a Câmara dos Deputados, chama o Senado Federal, chama o Ministério da Educação, chama o Fórum das Entidades para fazer o acompanhamento, a fiscalização e o debate sobre o cumprimento das metas. Aí é o momento em que poderemos analisar e estabelecer os novos parâmetros para serem atingidos do ponto de vista da realização final do Plano.

Então, essa sua preocupação é também uma preocupação que eu tenho, que a Deputada Professora Dorinha tem, vários especialistas na área da educação têm. Mas a dificuldade para mexer nessas metas do IDEB neste momento fugiu do nosso alcance. Significaria que o Ministério da Educação fosse chamado para rever e repactuar todo um conjunto de metas que foi pactuado com os Municípios, com os Estados e que de certa maneira orientam a educação no nosso País. E o resultado



disso — a avaliação que eu tenho do estabelecimento das metas — é muito bom, porque hoje concretamente estamos vendo inúmeras cidades ultrapassando as metas, eu não tenho os dados, e com uma incorporação nas redes. Os professores já estão mobilizados para isso. Já existe um início de processo pedagógico de gestão da unidade escolar pensando no cumprimento de metas de proficiência no ensino do Português e da Matemática. No nosso relatório, estamos apontando a realização de outros indicadores que venham a corroborar com as metas que estão indicadas pelo IDEB para que o sistema de avaliação seja aperfeiçoado.

Então, eu não sei se eu respondo do ponto de vista de satisfazer completamente as tuas ansiedades, a tua angústia com o problema da qualidade da educação no nosso País, que também é minha e acho que de todos nós aqui. Mas estou pelo menos passando um pouco das dificuldades e o que norteou o nosso trabalho ao manter essa meta e, ao mesmo tempo, incorporar conceitos novos no sistema de avaliação proposto pelo Governo inicialmente.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Eu sei do seu esforço, sei dessas limitações que a sua posição lhe impõe, sei de tudo isso, sei que o Ministério argumentou que teria de repactuar com Municípios e Estados, agora, esse é um momento em que o País está discutindo um plano como este, e podemos aproveitar para tensionar essas metas, para estabelecer um sarrafo mais em cima, objetivos mais ousados, mais ambiciosos para um país que quer ocupar um protagonismo no mundo e tem tudo para fazê-lo. Então, eu sei da sua condição. Quero ter todo o cuidado de não desmerecer o seu esforço, que foi grande, mas acho que poderíamos aproveitar a oportunidade para colocar esse objetivo um pouco mais à frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Os inscritos seguintes: Deputados Domingos Sávio, que não se encontra; Alex Canziani abriu mão de sua fala, e Nelson Marquezelli, que não se encontra.

Consideramos que esse primeiro aquecimento serviu para saber qual vai ser o tom deste debate, qual vai ser o nosso desafio ao longo deste período.

Ficamos com o compromisso de fazer o debate extrapauta do requerimento. Então, procedo ao compromisso feito.

Há sobre a mesa requerimento extrapauta, proposto pelo Deputado Ivan Valente, com o devido apoio regimental de um terço do colegiado.



Assim, nos termos do art. 52, § 5º, passaremos à votação nominal do Requerimento nº 81, de 2011.

Peço ao Deputado Alex Canziani que proceda à chamada nominal.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, tendo em vista que são necessários 14 votos, quero saber quantos estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Estão presentes nove Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Há número regimental.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente,...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Para votação há número regimental.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - São necessários 14 votos favoráveis.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não, não são favoráveis. Tem que haver número regimental para se começar o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não. O extrapauta foi aceito por um terço do apoio. A votação do requerimento requer 14 votos.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Tendo em vista que não temos...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas pode aparecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ah, sim! Pode aparecer.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, vamos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O.k. Os Deputados, como autores e como consignatários, o Izalci e o Dr. Ubiali, teriam a primeira opção de fala.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de fazer uma ponderação: há alguma indisposição por parte do Ministro ou da equipe econômica de virem a esta Comissão Especial para dar oportunidade aos Parlamentares para que conheçam os argumentos, para que possam votar este Plano de forma mais consciente? Há indisposição? Eu não sei se o Deputado Vanhoni, que esteve lá, notou se há possibilidade de um convite para ele vir a esta Casa ainda este...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Bom, eu falei com o Ministro Mantega uma única vez e não fiz nenhuma interrogação a esse respeito, porque isso nem passou pela minha cabeça.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, se V.Exa. assumir o compromisso no sentido de convidar o Ministro para que venha aqui antes dessa discussão — há prazo regimental —, acho que nós nos sentiremos satisfeitos. É evidente que não há nenhuma objeção nem minha, nem do Deputado Paulo Santiago, que elaborou o requerimento, nem do Deputado Dr. Ubiali de convocar. O convite não tem nenhuma dificuldade. O importante é a presença dele no sentido de trazer aqui elementos que nos convençam de que realmente 8% são suficientes.

Assinei esse requerimento, mas acho que não estou preparado para votar este Plano sem ouvir a equipe econômica. Mais uma vez, agora na presença do Deputado Paulo, acho que nós deveríamos, sim, convidar também o Presidente do CONFAZ, alguém da Secretaria de Fazenda do Estado e dos Municípios, para que tenhamos realmente uma noção exata da posição dos Municípios e dos Estados com relação a isso, para votarmos um plano exequível e que tenhamos depois motivo para comemorar a sua execução e não a decepção que houve no passado. Eu fico imaginando a decepção dos Deputados que votaram o plano anterior com o fato de que pouco mais de 30% foi realizado. Eu não gostaria de passar por isso.

Então, acho que a presença da equipe econômica é fundamental. Caso não tenha o compromisso ou a disposição de vir aqui, sou favorável realmente a votar a convocação, porque não há outro instrumento de trazer o Ministro para falar sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Nós estamos falando então de convocação, não é de convite.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que está no requerimento é convocação. Eu não tenho nenhuma dificuldade em transformá-la em convite, desde que haja, por parte da Presidência, o compromisso de buscar esse entendimento com o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu só tenho autoridade sobre o meu filho.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, vamos votar a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Relator, eu entendo que a presença do Ministro da Fazenda aqui é fundamental. O Deputado Paulo Rubem



Santiago apresentou uma série de números que precisam ser confirmados ou contestados por alguma autoridade monetária. Nós acreditamos que as contas que o Deputado Paulo Rubem apresentam são reais. Portanto, seria totalmente exequível os 10% para a educação.

O segundo fato é que isso é meta, projeto. Eu, por mim, punha 15%, para ver se chegava a 10% no final, porque, na verdade, como na meta anterior que se propôs, quando se brigou por 7%, não se atingiu nunca esses 7% de investimento em educação. Então, eu não vejo por que limitar no Plano Nacional de Educação aos 10%. Para mim, teriam que ser, no mínimo, 10%. Por isso a presença da equipe econômica aqui seria esclarecedora e poderia nos convencer, para ver se nós concordarmos com isso.

Nesse sentido é que nós assinamos o requerimento. Queremos a presença do Ministro Mantega aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o terceiro autor, Deputado Paulo Rubem. Depois, falarão Dorinha e Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, prezado Relator, prezados Deputados, prezada Professora Dorinha, eu queria recuperar aqui como foi importante, há 5 anos, quando nós discutimos a Proposta de Emenda Constitucional que garantiu a constituição do FUNDEB, nós termos assinalado na nossa agenda audiências com o então Ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

Eu creio que nós temos que avançar para superar essa verdadeira barreira, esse verdadeiro muro, que muitas vezes torna intransponível o obstáculo que separa as políticas sociais das políticas macroeconômicas, até porque outros segmentos da sociedade brasileira quando têm seus pleitos — a indústria, o agronegócio, o setor financeiro —, eles não fazem requerimento de convocação; eles têm os seus próprios canais, para que, através desses canais, cheguem ao Ministro do Planejamento, ao Ministro da Fazenda, até ao Presidente do Banco Central. Então, eu não vejo motivo de nós não seguirmos na construção desse patrimônio.

Na minha avaliação, por nós termos conseguido realizar as audiências com o Ministro Palocci... O Deputado Ivan Valente foi um dos que estiveram naquelas audiências e pode testemunhar a importância da nossa argumentação para que nós incluíssemos as creches num universo a ser beneficiado com a transferência federal para a conta FUNDEB dos Estados e dos Municípios.



Então, eu acho que isso é um patrimônio. Num momento como este em que estamos discutindo o financiamento de um plano decenal, que pode atingir 75 milhões da população educanda, estimada até 2020, não há nenhuma justificativa, até porque estamos numa República, somos membros de Poder, nós somos Poder da República. O Poder Legislativo é constituído com o voto popular. Não vou nem dizer aqui que Ministro de Estado não é constituído pelo voto popular, porque nós não estamos disputando com os Ministérios quem tem mais ou menos representação.

Então, eu gostaria aqui de dizer que foi feita uma consulta, e eu incorporo esse espírito de unidade aqui da Comissão, para que nós transformemos o requerimento em convite, mas com a garantia de que as autoridades econômicas virão, porque não tem sentido nós ajustarmos para que seja feito esse convite e as nossas autoridades econômicas não estarem aqui presentes, sobretudo com os números que... Eu aproveitaria aqui a ponderação do Deputado Dr. Ubiali, que até em tom de brincadeira já disse em uma outra sessão: não trabalho com pirataria fiscal; só trabalho com dados oficiais, originais. E os números são públicos, estão nos dados da Campanha Nacional pelo Direito da Educação.

Eu concluo, Deputado Lelo, dizendo que eu estava, este final de semana, revendo as audiências que nós fizemos aqui. Como é importante a Comissão Especial ter disponibilizado na página da Câmara dos Deputados as apresentações digitais dos nossos convidados, do Professor Márcio Pochmann, do Professor e Consultor José Roberto Afonso, do Senado, os dados sobre financiamento, os dados que foram apresentados pelo Daniel Cara, pelo Professor Nelson Cardoso. Esses dados estão todos na página da Comissão Especial, todos.

Então, nós podemos compartilhá-los com os demais Deputados, e nos contrapormos a eventuais dúvidas ou restrições.

Concluindo, repito que nós estamos defendendo novos 5,4% do PIB, para atingir, em 2020, os 10% previstos no Plano Nacional de Educação. Nós temos hoje de investimentos diretos, computados, 5%. São 0,98% pela União, 2,04% pelos Estados e 2,40% pelos Municípios. Então, se vamos ultrapassar dos atuais 5% para 5,4%, em 10 anos, atingindo 10,4%, mantida a mesma proporção, o que a União terá que fazer é atingir, desses novos 5,4%, 1,05% do PIB em 10 anos. E o que representa 1,05% do PIB em 10 anos? Aproximadamente, à luz do PIB de 2012



projetado na LDO, representa 4 bilhões e 600 milhões de reais a mais daquilo que a União já vem colocando. Não é nenhuma tarefa impossível.

Portanto, reitero o entendimento de transformarmos o termo convocação em convite, de aprovarmos o requerimento e trabalharmos para que efetivamente possamos ter esse diálogo com a equipe econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, eu queria primeiro entender uma coisa. Nós estamos numa Comissão de Educação, lidando como um tema de relevância para o País. Estamos querendo esclarecimento, orientação e posição política. Qual da dificuldade disso? Uma celeuma está sendo criada apenas porque queremos que alguém venha aqui dar explicações para que conheçamos a questão.

Na semana passada, eu poderia ter derrubado um extrapauta proposto pela Presidente da Comissão de Educação. Muitos de vocês estavam lá. Era um extrapauta. Não se esperou cumprir a pauta; a matéria entrou antes dos assuntos da pauta. Não foi feita uma votação nominal para sua admissão no extrapauta, e a matéria passou porque entendemos ser um assunto importante.

Quero colocar que estamos querendo apenas ter explicações sobre as contas. Queremos a oportunidade de discutir a matéria, como o Deputado Paulo Rubem Santiago colocou. Eu acho que é pertinente. Não estamos querendo derrubar nenhum Ministro. Não há nenhum escândalo. Queremos apenas informação.

O que estamos fazendo aqui? Eu não vim para esta Casa de graça. Fui eleita e tenho uma responsabilidade. É um plano importante para 10 anos. Quero, inclusive, pedir compreensão, porque houve bom senso da nossa parte. Houve bom senso da oposição na última reunião da Comissão de Educação. E o que estamos querendo é bom senso, para termos condição de aprovar o Plano Nacional de Educação, que é da nossa responsabilidade.

Sinto até vergonha por debatermos aqui um convite, uma convocação, apenas porque queremos uma informação que nos ajudará a decidir sobre a matéria, para que, quando lá fora, ao ser questionada eu saiba porque nós votamos 8%, 9%, 7% ou 10%.



Queremos apenas informação, dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputada Dorinha, creio que não há nenhum problema em convidarmos ninguém. É preciso apenas que isso seja votado aqui. Só isso.

Com a palavra Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero dizer o seguinte: toda semana temos um Ministro aqui na Casa. O Governo nunca se opôs à vinda de Ministros a esta Casa. Pelo contrário, os Ministros que estavam sendo bombardeados pela mídia aqui vieram. Várias vezes, inclusive. Então não há por parte do Governo nenhum problema de enviar seus Ministros a esta Casa.

Agora, nós queremos, primeiro, ouvir o pessoal da área econômica do Governo. Então, se transformarmos o convite em convite para a área econômica do Governo, não vejo por que não sermos atendidos. Acho que é uma discussão importante, e não há por que sermos contra isso. Dessa forma, como disse o Deputado Paulo Rubem Santiago, nós seremos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - V.Exa. está mudando o formato de quem convidar. Está convidando a área econômica. Convocação, convite. Convocação de Ministro, convite de Ministro, convocação ou convite, área econômica.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, já tive a honra de presidir Comissões nesta Casa e não consigo entender qual é a dificuldade do Parlamento em exercer uma prerrogativa que lhe é constitucional e que é fundamento de todas as democracias no mundo. Na minha visão, um Ministro de Estado ser convocado, primeiro, é um dever do Parlamento; e, segundo, é um dever de responsabilidade do Ministro de Estado responder à convocação. Não há nenhum demérito nisso. Demérito é vir aqui dar explicação que não convence a ninguém sobre atos de corrupção. Isso é demérito. E muitos aqui estiveram com essa finalidade. Muitos vieram aqui, nesse caráter ou a convite, para explicar o inexplicável.

Por isso gostaria de, com a Professora Dorinha, reforçar isto: a todos os Parlamentos do mundo os Ministros vão sob convocação do Parlamento.



Há inclusive uma coisa muito estranha na nossa Constituição: nós podemos chamar o Ministro de Estado, mas não os seus diretores, os seus assessores nem os presidentes de autarquia. Nós não temos essa possibilidade, objeto, inclusive, de emenda constitucional de minha autoria, para corrigir esse equívoco da Constituição.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que nós, dos Democratas, queremos que o Ministro venha. Como disse a Deputada Professora Dorinha, não há nenhuma suspeita sobre ele; apenas a sociedade brasileira, através desta Comissão, quer os esclarecimentos, para que se construa um Plano Nacional de Educação que possa dar ao País aquilo que de mais importante ele pode ter: a capacidade de inovar, a capacidade de criar.

Os países detentores de *commodities*, como o Brasil, os países que triunfarão e gerarão renda para as suas sociedades não são os que seguem o modelo brasileiro. Se olharmos, por exemplo, o que alguns países já fizeram no mundo, em termos educacionais, e o que nós não fizemos até agora, é assustador! Se alguém tem alguma dúvida, basta comparar o grau de registros de patentes que o Brasil promove a cada ano e o que países que caberiam na metade de um Estado brasileiro conseguem fazer.

Portanto, investir em educação deve ser a maior urgência que este País pode ter ou fazer.

É completamente irrelevante se o Ministro vem aqui convocado ou convidado. O que ele precisa é vir, e o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Subscrevo na quase integralidade as suas palavras, mas precisamos votar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É exatamente isto: também na qualidade de Parlamentar desta Casa há vários mandatos, acho que é prerrogativa do Parlamento convocar Ministros. E acho que isso é que deveria ser feito. Não sei que cultura é essa que se estabeleceu de um tempo para cá — não só no Governo Lula, mas no Governo Fernando Henrique também —, de que aqui não pode vir Ministro. Mas não vou entrar nesse mérito agora.



Nós estamos numa emergência. É a seguinte: como ficou claro para todos os Deputados, a vinda dos Ministros é questão de esclarecimento. Não estamos pedindo que o Ministro aqui venha sob vara porque exista denúncia de corrupção. É uma questão de esclarecimento.

O Governo está com pressa de votar. Se está com pressa de votar, ele mesmo deveria se adiantar e dizer que vem aqui explicar, porque até agora não explicou. Esta é a verdade. Ele conversou com o Relator e uns poucos Deputados, mas não conversou com a Comissão, que vai deliberar. E a Comissão quer deliberar.

Então, acho que a gente pode transformar em convite, mas com uma garantia. E quero saber se é possível ter a garantia de que isso será feito no decorrer desta semana. A não ser que o Governo dilate os prazos. Aí, tudo bem. Fazemos na outra semana, mas com o prazo da votação dilatado e não sob o trilho de que vamos ter que votar de qualquer jeito, pedir vistas e tal.

Acho que esse é o acordo. Não tenho problema em que se faça o convite, mas desde que haja a garantia. Eu sei que há pessoas do Governo presentes na sala e que podem responder a esta questão, porque estão em contato com o Ministério. Então que o façam. Podemos esperar 2, 3 minutos, Deputado Lelo Coimbra, Presidente. Se for para sermos derrotados na prática, quer dizer, votarmos como convite, mas depois ele não vir, prefiro votar pela convocação e ser derrotado na votação nominal.

Portanto, faço estes dois encaminhamentos: se o Governo garante que virá nesta semana, votamos pelo convite; se o Governo não garante que virá no período em que está quente a questão, para esclarecer, e ainda se queira votar de qualquer jeito, então o encaminhamento é pela convocação. Ou então que o Governo assuma o ônus de derrubar a sessão, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu quero trazer a minha contribuição. Na verdade, alguns colegas do PSDB, que deveriam estar aqui, pediram-me que voltasse como Vice-Líder do partido para registrar nossa posição. Até me havia inscrito para debater o relatório do nobre Deputado Ângelo, a quem



cumprimento, e manifestar a minha preocupação com um item que não foi contemplado.

Fui autor de uma emenda, juntamente com vários outros colegas, que também trata da questão de buscar maior investimento para dar mais sustentação a um plano de desenvolvimento da educação. Temos um plano de desenvolvimento no País que tem a obrigação de fazer a autocrítica de que estamos atrasados. Conseguimos avançar com o processo de universalização, mas vivemos uma situação quase caótica em termos de qualidade. Temos uma situação de calamidade do ponto de vista da remuneração dos docentes. E não é uma questão partidária. Recentemente, tivemos uma greve em Minas; e há uma semana houve uma greve no Rio Grande do Sul. Então, a coisa não está ligada ou focada num tipo de gestão ou num partido; está na conjuntura nacional, está no financiamento.

Todos aqui disseram que a receita está concentrada na União. Muitos dos que já foram Prefeitos, e mesmo os que não foram, sabem da realidade: ela está concentrada na União. E, na hora do investimento, os dados mostram que os Municípios e os Estados investem mais que a União. É preciso mudar esse foco.

Mas faço uma ponderação ao Relator, que não pôde ou entendeu que não devia acolher a emenda, não só a de minha autoria. Acho que fui o primeiro que subscreveu uma emenda propondo alcançarmos 10% do PIB até 2020. S.Exa., obviamente com a responsabilidade de Relator, fez uma reflexão com a área econômica. Pondero com S.Exa., trazendo um argumento para que de fato tenhamos aqui o Ministro Guido Mantega; que realizemos um debate sério, claro, do mais alto nível que este Parlamento precisa, como disse muito bem o Deputado Onyx Lorenzoni.

Quero lembrar aos companheiros — temos aqui poucos estudantes, mas faço uma saudação a eles e aos professores — que tivemos milhares de estudantes aqui, parece-me, no dia 31 de agosto deste ano. Milhares aqui vieram. Foram recebidos pela Presidenta e a ela entregaram um documento. Ouvi pela CBN e por outros veículos de comunicação a resposta da Presidenta quando indagada sobre o pleito de 10% do PIB para a educação: ela disse que concordava e que a matéria estava sob apreciação do Congresso; que quem iria decidir era o Congresso. Então ela estava de acordo; nós é que deveríamos decidir.



Ora, agora vamos dizer ao Brasil, Relator — sei que não é esse o seu sentimento —, que o Congresso não quer, mas que o Executivo quer, porque a Presidenta, quando recebeu os estudantes, disse que concordava. Mas isso está com o Congresso, e quem vai dizer se são 10% é o Congresso. Durma-se com um barulho de trem como esse no ouvido; durma-se com esse tipo de coisa que está sendo feita com a Câmara e com o Senado. Os ruins somos nós. Isso é insensatez absoluta, é destruir todo o processo democrático!

Estamos discutindo metas. Se o País tem uma prioridade, tem de se organizar para alcançar a meta; e ele pode se organizar para alcançar a meta. São 10% do PIB. Alguém disse aqui que um médico descobriu o ovo de Colombo: “Ah, não vai poder e tal”. Não tem nada a ver. São 10% do PIB. Se o PIB for menor, vai ser menos de 10% também. São 10% do PIB, e isso é possível. Se houver de fato compromisso com a educação, é possível, sim. Só não será possível se não houver prioridade clara. E entenda-se aí como prioridade pagar um piso nacional para o professor.

É fácil fazer a lei, mas vamos fazer com que esse piso seja realmente possível para todos os Estados. Não importa se é governado pelo PT ou pelo PSDB. Que o digam os Governadores do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, este governado pelo meu partido, que o digam Prefeitos de mais de 5 mil Municípios brasileiros. Nós, Deputados, temos a possibilidade de sinalizar isso. Educação é prioridade? É prioridade. Então vamos estabelecer uma meta e enfrentar isso.

Entendo que é hora de convidar o Ministro, e não vejo qualquer problema de S.Exa. vir à Casa. Mas insisto em que seja o Ministro, com todo respeito aos demais entes da equipe econômica.

Ora, chamar alguém que diz não poder responder, não ter condição de responder, é brincar também com a nossa autoridade, é subestimar a nossa responsabilidade. Nós temos de conversar com o Ministro. Que o Ministro venha e nos diga com clareza por que não pode planejar o Brasil até 2020, fazer chegar a 10% do PIB em educação, se a Presidenta disse que concorda, e ela o disse. Então, se ela concorda, se a educação é prioridade do Governo e da Presidenta, por que não colocar isso com clareza e como meta?

Então, o PSDB defende que façamos um convite, não uma convocação, e que obviamente a base do Governo se empenhe para que o Ministro de fato venha e



nos preste os esclarecimentos num nível elevado, respeitoso. Não tenho dúvida de que todos queremos o bem do Brasil e, em especial, da educação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Stepan Nercessian.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já que existe uma tendência de transformar a convocação em convite, sugiro que ele responda *s'il vous plaît*, aquele RSVP, para confirmar, porque em toda festa ou solenidade colocam isso quando é preciso confirmar presença, para não deixar os anfitriões esperando. Não é uma prática normal responder *s'il vous plaît* na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não sabia o que queria dizer esse negócio. Agora aprendi com o Stepan.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Pois é! (*Risos.*) Então, que pelo menos se coloque isso, para que ele faça a gentileza de dizer se vem ou não, porque isso faz parte da nossa insana caminhada. A cada dia que passa, nosso Legislativo abre mão de suas prerrogativas. Se fizemos um balanço dos últimos 50 anos de Brasil, nenhuma esfera de poder abriu tanto a mão de suas prerrogativas como o nosso Legislativo. Mas, como estamos numa Casa legislativa que não tem funcionários de outros poderes, ninguém que foi nomeado e ninguém que se candidatou a Ministro nem a Secretário, acredito que possamos, desta vez, conseguir a presença do Ministro.

Digo isso, Deputado Vanhoni, porque, quando fazemos teatro, quando pensamos em montar um espetáculo de teatro e fazer um filme ou um programa de televisão... Isso é histórico: quando um artista é chamado para pintar algum painel, sempre existiu a grande guerra, a grande dualidade entre o que o artista deseja, seu sonho, e a relação com o produtor executivo; quanto ele tem para fazer esse seu projeto? Essa é uma briga eterna no mundo das artes.

Mas o que aprendemos com isso é que, para se chegar a uma obra de arte, é fundamental que os dois lados sintam, que o artista coloque para o executivo, para o financeiro, a defesa da necessidade de todos os seus sonhos e pensamentos, o que ele pensa e qual seria o caminho para chegar à perfeição, para chegar à obra de arte. Do outro lado, o produtor diz: "Não dá para trocar esse avião por um fusca? Vai prejudicar sua cena?" E o artista responde: "Mas por que você não quer me dar um



avião para essa cena e quer me dar um fusca?” A resposta: porque vai estourar o orçamento, porque não tem condições, etc.

Muitas vezes, quando um lado não ouve o outro, assiste-se a fracassos retumbantes. Hoje já existe uma escola que mostra que o produtor deve ser um auxiliar dos sonhos e desejos do artista, pois, bem lá no fundo, trata-se de investimento em obra de arte que vai atingir o maior número possível de pessoas. Lá atrás, com pensamento retrógrado, a primeira lição do curso de produtor era justamente esta: corte as asas, a imaginação e a loucura desse artista. Com isso, numa bela tarde, temos de ouvir um diretor de cinema, muito pressionado pelo produtor, dizer o seguinte: “Você tem só mais duas latas de filme para terminá-lo, e acabou”. Ele pegou o *script*, devolveu ao produtor e disse: “A coisa mais importante da minha vida é esse filme, mas esse filme não é mais importante do que a minha vida”. O produtor imediatamente reviu sua posição porque não ia ficar com aquele prejuízo no final de uma filmagem.

Citei esse exemplo porque considero V.Exa. um artista da educação. Tenho certeza de que o olhar que V.Exa. tem sobre esse projeto, sobre esse plano, não é racional, mas, poderia dizer, é muitas vezes levado pela paixão, pelo coração, pela dedicação a esse tema, pela sua atuação conhecidíssima de todos nós em todas as instâncias da Casa quando se refere à educação.

Cito a Comissão de Educação e Cultura, muitas e muitas vezes, com o privilégio de nela estar, pela capacidade e qualidade dos seus membros. Se existe um lugar que tem especialistas em educação, é aqui. Um companheiro meu, antigo Deputado de 8, 10 mandatos, disse que houve um tempo nesta Casa em que quem era Governo falava com o coração, e quem era oposição falava com o coração. Hoje, infelizmente, parece que Governo e oposição falam sem ouvir a voz do coração.

É impressionante, porque tenho certeza de que, no íntimo do coração de cada Deputado da base do Governo, é desejo explícito darmos uma atenção absolutamente cuidadosa e generosa à educação, sem fazer favor algum, apenas percebendo que o sucesso do nosso País, quase que um lugar comum, passa necessariamente por apontar o caminho e a prioridade nossa em relação à educação.



Neste instante, não bastam nossos sonhos, nossos desejos. Tem alguém com poder quase absoluto no País: temos um Ministro de Estado, que cuida das finanças e que, por sua vez, é também bastante pressionado por organismos internacionais do sistema financeiro que é responsável pelo futuro da nossa economia. Então é preciso que ele venha.

Fazendo um parênteses, Deputado Lelo Coimbra, foi dito, e não acredito, que o piso salarial não está sendo pago. Será que, ao estabelecer o piso, esta Casa foi irresponsável e hoje está jogando no colo dos Governos estaduais a impossibilidade de o pagar? Não acredito. Vamos verificar nesses Estados que não pagam o piso salarial dos professores qual prioridade política foi estabelecida. No que eles estão investindo? O que é prioritário para eles? Quantos reduziram a máquina dos seus Governos estaduais? Quantas autarquias inúteis foram fechadas? Quantos cargos comissionados foram extintos em qualquer um desses Estados? Apontem uma ação no sentido do enxugamento da máquina, para sobrar dinheiro para a educação. Desafio. Não há, não há exemplo positivo em relação a isso.

Portanto, não acho um sonho quando se fez o piso salarial dos professores, como não acho, e não existe aqui a menor vontade — em qualquer outro assunto, poderia até haver margem de irresponsabilidade, mas, em se tratando de educação, não existe o menor desejo — de viabilizar essa questão para o Governo. Não significa colocar a faca no pescoço do Governo. Não pode ser vista dessa maneira tão rasteira, dessa maneira menor, essa necessidade, esse desejo, que temos de aprovar o projeto.

Portanto, nós, que considero os dedicados idealistas, sonhadores, realistas e conhecedores dos problemas das questões educacionais do Brasil, precisamos, em última instância, sentar diante da pessoa que tem ou não o argumento para nos convencer.

Faço um acordo: se os argumentos do Ministro Guido Mantega mostrarem que 10% para a educação quebram o País, inviabilizam a nossa economia, faço um acordo de convencimento. Então vou trabalhar para que sejam aprovados 8% ou 7%. Mas faço isso um pouco sorrateiramente, porque tenho certeza de que, por mais engenharia, por mais alquimia que ele tenha, não vai conseguir provar a ninguém que não temos condições de, neste instante, buscar esse investimento.



Portanto, Sr. Presidente, isso é fundamental. Eu discordo, por uma questão de amor ao Parlamento, da formulação do convite. Mas, como se diz que política é a arte do jogo de cintura, isso é melhor que nada; infelizmente, eu até aceito. Eu queria que nós votássemos daqui a pouco esse requerimento. Mas eu gostaria imensamente de pedir aos nossos companheiros da base do Governo, do Partido dos Trabalhadores, que, nesse caso específico, não deixem que esse convite termine também como mais uma tentativa inútil de obtermos esclarecimentos e informações que possam orientar melhor os nossos caminhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Severino, e após sua palavra vou proceder à votação.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, estou estreando hoje aqui na Comissão. Estou há quarenta e poucos dias na Casa, faço parte da Comissão de Defesa do Consumidor, da Comissão do Código de Processo Civil e ainda não tinha tido a oportunidade de participar das reuniões desta Comissão.

Eu gostaria de dizer o seguinte: quem tem informação, tem poder. Então, nós temos o poder de legislar, mas não temos a informação que o Ministro tem. Precisamos que ele venha aqui e traga essas informações, e que nos convença, porque, no quadro atual do mundo, é difícil até fazer previsão para 1 ano. Este Congresso já deu a um Presidente o poder de sequestrar a poupança. Então, não vejo nenhuma dificuldade em aprovarmos os 10% que a Nação toda pede, e que o Ministro venha aqui e esclareça isso para nós. Se for necessário, no futuro, que se reveja isso — mas que se aprove.

Eu quero aqui apresentar um dado. Sempre que o assunto interessa ao povo, como é o caso do salário mínimo, da educação, a dificuldade é grande para se conseguir um patamar melhor. Eu gostaria de saber se, para aprovar a vinda da Copa do Mundo e das Olimpíadas para o Brasil, que custam bilhões, houve esse debate todo, houve essa dificuldade toda: o País não tem dinheiro; o País não pode arcar com esse tipo de empreendimento.

Pelo que sei — mesmo não estando aqui, mas acompanhando os debates —, não houve essa dificuldade, não ficaram 6 meses, 1 ano, debatendo que não há dinheiro para fazer a Copa do Mundo, não há dinheiro para fazer as Olimpíadas.



Mas, quando se trata de um assunto como a educação... Todos nós sabemos que, sem educação, não se muda nada, não se diminui o número de mortes no trânsito, não se diminui consumo de droga, não se diminui consumo de álcool. Enfim, a educação é a base da transformação de qualquer sociedade. Foi assim no Japão, após a destruição na Segunda Guerra Mundial, e foi assim na Coreia do Sul. Enfim, onde houve um investimento maciço na educação, a nação prosperou, a nação mudou.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu entendo que um Ministro de Estado que é convidado pela Casa que representa o povo brasileiro deveria ter o orgulho de aqui comparecer e prestar os esclarecimentos. Isso não é nada demais. Isso é uma prática comum e corriqueira em qualquer nação civilizada.

Então, eu entendo que nós deveríamos convidar o Ministro, para que ele, com dados convincentes, gráficos, projeções, o que for, convença-nos do contrário, convença a Nação do contrário, de que não é possível esse patamar que se propõe de 10%.

O relatório, muito bem elaborado do Relator, propõe 8%, até porque esse aumento do percentual não é de uma vez, não é de um dia para o outro; leva 10 anos. Essa é meta.

Então, eu defendo, como os meus colegas fizeram aqui, que se convide o Ministro a comparecer aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Convido o Deputado Alex Canziani para fazer a chamada e a contabilidade de votos.

Quero fazer uma consulta aos autores: Izalci, Ubiali e Rubem, que são os únicos que podem mudar o caráter do requerimento. V.Exas. propõem convite ou requerimento? Sim ou não? Por favor. *(Pausa.)*

Então vamos votar o convite.

Embora tenha se falado de um Ministro só, o pedido aqui é para dois Ministros.

(Não identificado) - Convite para a área econômica, não é isso?

(Não identificado) - Ministros da área econômica?!

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pela ordem, Sr. Presidente. Chico Lopes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por apenas 1 minuto.

(Não identificado) - Esta Comissão está discutindo um assunto de 10 anos. Não é um assunto de governo; é assunto de Estado. Nós não podemos ter aqui pessoas que não possam representar isso. Por isso tem que ser Ministro.

(Não identificado) - Ministro da área econômica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só 1 minuto porque eu estou fazendo um encaminhamento para os 3 autores. Eles admitem que seja convite ao Ministro da Fazenda. Ocorre que o documento pede 2 Ministros. Então, a Gleisi está fora ou está inclusa?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Bem, se colocarem a Ministra Gleisi já não têm o meu voto.

(Não identificado) - E quanto ao Ministro Guido Mantega?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Então, o Ministro da Fazenda.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Mantega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois bem. Vamos aos votos, então.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E com a garantia de que a visita seja feita no prazo conveniente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente Lelo, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O Regimento da Câmara dá poderes a V.Exa. para convidar Ministro de Estado para aqui vir. Não há necessidade nem de se votar. V.Exa., com a autorização de todos nós, pode convidá-lo. Isso está aqui no Regimento, expressamente colocado. E não há nem necessidade de submeter isso a votos. Se a decisão é convite, V.Exa. faz o convite ao Ministro em nome da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Onyx, se houver entendimento entre o Ministro e nós...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E V.Exa...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - ...é possível. Mas eu não tenho a garantia desse entendimento. Então, eu preciso que esse respaldo seja dado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas veja V.Exa. que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu, antes de o senhor chegar, disse que a única autoridade que eu tinha era sobre o meu filho. Mesmo assim, refleti agora, eu acrescento: com reservas! (*Risos.*)

(Não identificado) - Vamos à votação! Vai ter unanimidade.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, aqui no art. 219...

(Não identificado) - É por unanimidade, Onyx!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Hã?

(Não identificado) - É por unanimidade aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vamos lá!

Deputado Alex, proceda à chamada.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - É convite ao Ministro da Fazenda.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Angelo Vanhoni, "sim".

Emiliano José. (*Pausa.*)

Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Newton Lima. (*Pausa.*)

Lelo Coimbra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - "Sim".

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Professor Setimo. (*Pausa.*)

Raul Henry. (*Pausa.*)

Renan Filho. (*Pausa.*)

Teresa Surita. (*Pausa.*)

Eduardo Barbosa. (*Pausa.*)

Nelson Marchezan Junior. (*Pausa.*)

Rogério Marinho. (*Pausa.*)

José Linhares. (*Pausa.*)

Waldir Maranhão. (*Pausa.*)



Professora Dorinha Seabra Rezende. (*Pausa.*)

Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - "Sim".

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Neilton Mulim. (*Pausa.*)

Ariosto Holanda. (*Pausa.*)

Dr. Ubiali. (*Pausa.*)

Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - "Sim".

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Antônio Roberto. (*Pausa.*)

Alex Canziani: "Sim".

Hugo Leal. (*Pausa.*)

Alice Portugal. (*Pausa.*)

Márcio Marinho. (*Pausa.*)

Nice Lobão. (*Pausa.*)

Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Vou chamar os suplentes.

Alessandro Molon. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Na ausência do suplente, V.Exa. é titular. Então, na condição de titular, já que V.Exa. está aqui.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Artur Bruno, "sim".

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Biffi. (*Pausa.*)

Dr. Rosinha. (*Pausa.*)

Gilmar Machado. (*Pausa.*)

Eliseu Padilha. (*Pausa.*)

Joaquim Beltrão. (*Pausa.*)

Osmar Serraglio. (*Pausa.*)

Pedro Chaves. (*Pausa.*)

Jorginho Mello. (*Pausa.*)

Mara Gabrilli. (*Pausa.*)

Raimundo Gomes de Matos. (*Pausa.*)

Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Onyx Lorenzoni. (*Pausa.*)



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - "Sim".

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Mara Gabrielli. (*Pausa.*)

Raimundo Gomes de Matos. (*Pausa.*)

Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - "Sim."

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI - "Sim."

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Paulo Freire.

O SR. PAULO FREIRE - "Sim."

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA - "Sim."

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Luiz Noé. (*Pausa.*)

Severino Ninho.

O SR. SEVERINO NINHO - "Sim."

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Stepan Nercessian.

O SR. STEPAN NERCESSIAN - "Sim."

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Paes Landim. (*Pausa.*)

André Moura. (*Pausa.*)

Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES "Sim."

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE - "Sim".

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Vamos contar agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A revolução chega aos...

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente.

(*Não identificada*) - Espere, Deputado Rogério Marinho...

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Agora V.Exa. já não pode votar mais.

Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO - É convocação?! "Sim."

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Não. Convite.

Foram 16 votos favoráveis.

Está aprovado o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É só a questão da data.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É só ajustarmos quanto à data.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero saber se o Governo garantiu a presença, antes de nós... Eu entendi isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não. Eu não conversei com o Governo. Eu encaminhei o que me foi solicitado na mudança, pelos autores do requerimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu pediria a V.Exa. que, como Presidente da Comissão...

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - O Ministro Lupi não veio aqui assim, não é?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pediria que, como Presidente da Comissão, V.Exa. encaminhasse, para formalizar esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Amanhã eu o farei.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E acho que, conjuntamente com os autores e todos os que votaram a favor, V.Exa. deveria marcar essa data antes do...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Do encerramento das 5 sessões.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso, antes do encerramento das 5 sessões.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Porque senão nós vamos discutir e votar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E eu estranhei, porque há pessoas do Governo aqui que poderiam nos ter dado já essa satisfação à Comissão.

Então, eu peço a V.Exa. que, como Presidente...

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Estabeleça.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso, estabeleça essa questão. Foram 16 votos — unânimes — dos presentes. Senão, não terá tido valor nenhum a aprovação que nós fizemos aqui neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Informo, então, que estarei encaminhando amanhã um ofício de convite ao Ministro da Fazenda, Sr. Guido



Mantega, narrando essa condição em que ele foi convidado e pedindo para que nas próximas 5 sessões da Comissão ele possa estar presente, atendendo ao nosso convite.

Hoje já contou uma. Não, as 5 sessões são para emenda. São sessões nossas aqui.

Informo que as comunicações das próximas reuniões serão encaminhadas aos Srs. Deputados, e que nós já deixamos como indicativo o dia 15 como o da convocação, que é o dia em que irá vencer o prazo de 5 sessões — para as emendas e a perspectiva do substitutivo final do Relator Angelo Vanhoni.

Se houver qualquer mudança de conduta, nós informaremos.

Informamos também que o Deputado Vanhoni está à disposição, diariamente, até esse dia, para receber, debater ou informar sobre as questões que forem levantadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.